



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Orçamento da Cidade de São Paulo
em linguagem simples e inclusiva

Saiba mais sobre o
que a Prefeitura faz
com o nosso dinheiro



CADERNO DO ORÇAMENTO



EDIÇÃO ESPECIAL
com os dados do quadriênio
2026-2029 do Plano Plurianual

2026

boas-vindas

Esse é um material para ser usado de acordo com o interesse de quem o recebe. Pode ser consultado apenas em parte, pular uma parte, voltar para outra, não ler até o fim e dar só uma olhada por cima numa ou noutra tabela. Para quem se interessar e quiser se aprofundar no assunto, há uma seção com links que podem ser úteis.

bom proveito!

Sumário

introdução

Para que serve este Caderno	5
Quem põe a mão na massa	6
Para você entender o que lê	7
Para entender as palavras mais complicadas	8

o dinheiro na Prefeitura

O caminho do nosso dinheiro na Prefeitura	10
O que é orçamento público	10
Detalhes que fazem a diferença	11
Passo a passo para fazer o orçamento	12
Outros instrumentos de planejamento	16
De onde vem o dinheiro	18
Para onde vai o dinheiro	20
Para onde vai o nosso dinheiro nos próximos 4 anos	22
1. Administração	24
2. Assistência Social	25
3. Cultura	27
4. Direitos da Cidadania	28
5. Educação	30
6. Encargos especiais	33
7. Esporte e Lazer	34
8. Gestão Ambiental	35

9. Habitação	37
10. Previdência Social	38
11. Saúde	39
12. Saneamento	40
13. Segurança Pública	41
14. Trabalho	42
15. Transportes e Mobilidade	43
16. Urbanismo	45

destaques do Plano Plurianual

Destaques do Plano Plurianual	48
Agendas sociais	51
Orçamento climático	53

o dinheiro na cidade

Como o dinheiro é distribuído pela cidade	55
---	----

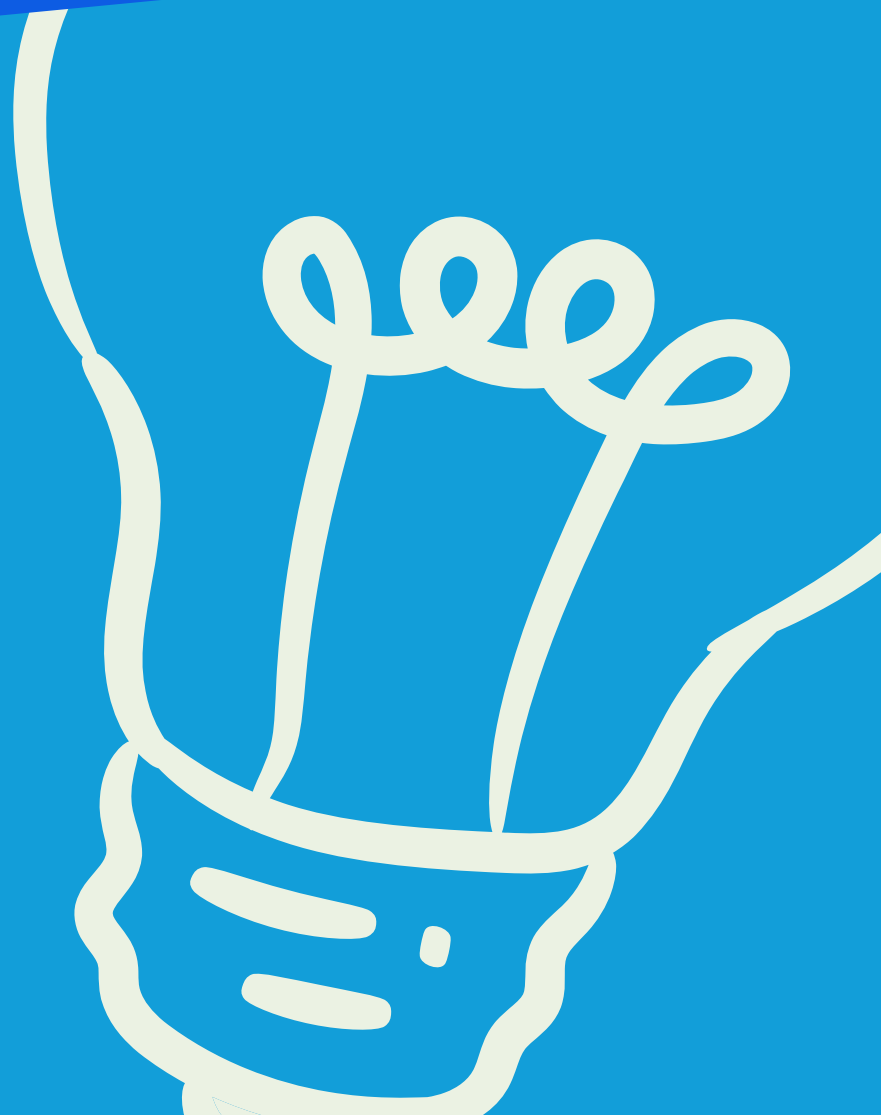
o orçamento cidadão

Orçamento Cidadão	59
-------------------	----

quer saber mais?

Canais e Links úteis	65
----------------------	----

introdução



Para que serve este Caderno

A Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência – SEPLAN trabalha para deixar transparente, fácil de achar e entender as informações sobre o que a Prefeitura faz com o nosso dinheiro.

O **Caderno do Orçamento** está aí para isso e também para incentivar que a população participe do orçamento público, através de uma linguagem mais simples. Agora, para fortalecer ainda mais esse diálogo, publicamos, no mês de março de 2026, a sétima edição do Caderno do Orçamento, com as informações da Lei Orçamentária deste ano e do Plano Plurianual.

Para poder participar de forma ativa na sociedade, precisamos entender os nossos direitos e deveres. Nesse sentido, também é importante saber como o nosso dinheiro pode ser usado para melhorar as nossas vidas. Entender como o orçamento funciona e poder participar dessas decisões faz parte desse processo.

O Caderno está dividido em três partes. **Na primeira, ele conta como o orçamento é planejado e feito. Na segunda, você encontra informações mais completas sobre o orçamento de 2026 e dos quatro anos de 2026 a 2029. Por fim, na terceira parte, você fica sabendo como pode participar desse processo.**

ARIANE MARIS GOMES LACERDA



Quem põe a mão na massa

EQUIPE TÉCNICA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes – Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E EFICIÊNCIA – SEPLAN

Clodoaldo Pelizzoni – Secretário

Vicente Affonso O. Calvo – Secretário-Adjunto

COORDENADORIA DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO MUNICIPAL | COPOM

Ariane Maris Gomes Lacerda - Coordenadora

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO | COPLAN

Thalita Tiengo Hamanaka – Diretora

Fabíola Varanda da Silva

Marília Romão Capinzaiki

Maria Gabriela Camollez Florio

DIVISÃO DE PROCESSOS PARTICIPATIVOS | DIPAR

Thiago de Oliveira Chaves – Diretor

Amanda Theodoro de Souza

Bruna Victória Almeida Félix

Leticia Cotrim de Oliveira

Lucas Silva Souza

Luiz Rafael Mistieri

Meiry Chan

Wilson Cabral da Silva

PROJETO GRÁFICO

Nathalie Portela Tordin

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Sandro Luis Palanca

Vinícius Anauê Rodrigues Pinto

Para você entender o que lê

O Caderno do Orçamento de 2026 foi feito com técnicas de Linguagem Simples, ou seja, com palavras e frases mais fáceis de entender. A ideia é tornar as informações sobre o orçamento acessíveis e inclusivas para todo mundo, sem complicar.

Usamos a linguagem simples, por isso respeitamos o sentido dos conceitos que apresentamos, mas deixamos um pouco de lado o rigor técnico nas palavras. Existem palavras e expressões que são muito conhecidas e usadas no meio financeiro/orçamentário e seriam mais apropriadas. Procuramos não usar essas palavras e expressões de propósito, para que mais pessoas possam entender esse caderno.

O Caderno também apresenta a linguagem inclusiva. É uma forma de escrever e falar que integra todas as pessoas, independente de gênero, orientação sexual, idade ou outras características. Assim qualquer pessoa que leia este material vai se sentir representada. Usaremos, por exemplo, “pessoa servidora” para todas as pessoas que trabalham no serviço público.

A ideia é tornar as informações sobre o orçamento acessíveis e inclusivas para todo mundo, sem complicar!



Para você entender as palavras mais complicadas

AUDIÊNCIA PÚBLICA

É um espaço de debate onde as pessoas cidadãs discutem sobre assuntos que interessam a elas, como as políticas públicas. No caso do orçamento Cidadão, é uma etapa importante para a população apresentar suas propostas sobre o orçamento público.

DESPESA

É todo dinheiro que sai dos cofres públicos.

DÍVIDA PÚBLICA

São os empréstimos que o governo toma para financiar gastos públicos que não são cobertos por impostos.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

São instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos. São exemplos de Equipamentos Públicos os Centros Culturais, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Praças, entre outras.

EMENDA PARLAMENTAR MUNICIPAL

São as sugestões de mudanças em projetos de lei ou no orçamento do governo feitas pelas pessoas eleitas como Vereadoras.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É como o governo usa o dinheiro previsto no orçamento durante um período. No caso da Lei Orçamentária Anual, esse período é de um ano.

FUNÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

São classificações que ajudam a organizar os gastos e investimentos de um governo. Neste caderno, também chamamos as funções de áreas temáticas da Prefeitura, como por exemplo, Educação, Saúde e outros.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

São documentos, geralmente leis, com o planejamento que um governo faz para atingir seus objetivos. Existem alguns bastante detalhados e outros mais genéricos, mas todos eles ajudam os governantes e o pessoal que trabalha na Prefeitura a tomar decisões. No Caderno, exemplos de Instrumentos de Planejamento são o Programa de Metas e a Lei Orçamentária Anual.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (LOM)

É a lei que orienta a vida política na cidade, sempre respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

É a lei que define regras para que o dinheiro da prefeitura seja usado de forma responsável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

São um plano de ação internacional definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) com temas importantes para o desenvolvimento humano, como reduzir desigualdades e acabar com a pobreza.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

É responsável por administrar o município e implementar as políticas públicas, executando as leis. É exercido pelo Prefeito ou Prefeita e todos os órgãos que compõem a estrutura da Prefeitura, o que inclui as Secretarias Municipais e Subprefeituras.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

É responsável por fazer novas leis ou mudar as leis que já existem e por fiscalizar o Poder Executivo. É representado pelas pessoas eleitas como vereadoras que trabalham na Assembleia Legislativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS

É o que a Prefeitura faz para garantir direitos, assistência e oferecer serviços à população.

RECEITA

É todo o dinheiro que entra nos cofres públicos.

SUBPREFEITURA

É um órgão público, que tem equipe própria e é dirigido pela pessoa subprefeita. Cuida de questões locais, como manutenção de ruas, parques e praças, coleta de lixo, fiscalização de comércios e serviços, entre outras atividades. Cada Subprefeitura cuida de suas atribuições em um determinado território, ou seja, uma área específica. Na cidade de São Paulo há 32 Subprefeituras.

VULNERABILIDADE SOCIAL

É uma situação na qual pessoas ou grupos sociais têm mais dificuldades para enfrentar problemas da vida. Isso pode acontecer por falta de acesso a recursos como educação, emprego, saúde e moradia. Pessoas em situação de vulnerabilidade social geralmente precisam de mais apoio da comunidade e do governo.

o dinheiro na prefeitura



O caminho do dinheiro na Prefeitura

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento é um planejamento para usar o dinheiro da Prefeitura. Ele cuida de tudo o que entra e sai dos cofres públicos. É também um jeito de a sociedade acompanhar os investimentos feitos com o nosso dinheiro.

Quando alguém paga um imposto ou uma taxa, automaticamente faz um depósito em uma conta bancária do governo, chamada de conta única. Tudo que é depositado nessa conta é usado pelo governo para pagar as suas despesas. No caso das cidades, o governo é a Prefeitura.

As despesas que uma cidade como São Paulo exige são sempre maiores do que o valor que tem naquela conta única. Assim, é necessário escolher quais despesas serão pagas primeiro e quais serão deixadas para depois.

O Orçamento Público trata dessas escolhas. É como a Prefeitura, dentro da lei, decide investir o nosso dinheiro. É um **plano de investimentos**.

Para isso, é importante saber quanto dinheiro ela vai ter e quanto vai investir/gastar para manter e melhorar a qualidade de vida na cidade, sem ficar no prejuízo.

O Orçamento Municipal é criado pela **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e vale por um ano. É sempre feito um ano antes, por isso o Orçamento de 2026 foi feito em 2025. Por ser uma Lei, tem que passar pela Câmara Municipal (Poder Legislativo). Na Câmara Municipal, as pessoas eleitas como vereadoras discutem, votam e podem mudar a proposta feita pela Prefeitura.



PARE E REPARE!

O orçamento é uma coisa política, porque envolve escolhas o tempo todo. Nada no orçamento é puramente técnico.

DETALHES QUE FAZEM A DIFERENÇA

Tudo que a Prefeitura investir tem que estar no Orçamento, desde uma simples caneta até uma grande obra, como um hospital.

Mas nem tudo aquilo que foi aprovado no Orçamento é investido exatamente do jeito que foi previsto. O orçamento sempre vale de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Bem importante: ao longo do ano, a Prefeitura só pode investir se tiver o dinheiro para pagar. Não pode investir mais do que tem.

Pode acontecer de o preço de alguma coisa planejada ter subido e faltar dinheiro na hora de fazer essa coisa. Acontece também de o dinheiro reservado para uma despesa precisar ser usado para fazer outra que ficou mais urgente. Nem poderia ser diferente, já que o orçamento é feito no ano anterior. Em um ano muita coisa muda, não é mesmo?

PASSO A PASSO PARA FAZER O ORÇAMENTO

Para planejar o orçamento do próximo ano, todas as cidades, Estados e o Governo Federal devem seguir algumas leis:



PPA

PLANO PLURIANUAL

O PPA é uma lei com planejamento para quatro anos e serve para orientar as leis orçamentárias anuais. Feito no primeiro ano de cada novo governo, começa a valer só no segundo ano. E no primeiro ano? Vale o PPA do governo passado.

O PPA atual da cidade de São Paulo vale de 2026 a 2029 – Lei Municipal nº 18.376, de 29 de dezembro de 2025.



LDO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A partir do Plano Plurianual é feita a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela é anual e serve para definir o quanto a Prefeitura pode arrecadar e gastar, além das prioridades de investimento. A LDO serve para orientar a elaboração da LOA.



LOA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Depois de debatido, alterado e votado na Câmara Municipal, o orçamento vira Lei: a Lei Orçamentária Anual (LOA). As mudanças feitas na Câmara pelas pessoas eleitas como Vereadoras são chamadas de Emendas Parlamentares.

A Lei Orçamentária Anual representa o plano de gastos/investimentos que mencionamos no começo, ou seja, é onde estão definidos os valores que a prefeitura espera receber e gastar/investir durante um ano. É na LOA que se define como o dinheiro da prefeitura será usado para financiar os serviços públicos e os programas oferecidos à população.

Outra coisa interessante é saber que a LOA ajuda a mostrar para a população como o governo está usando o dinheiro. Assim, as pessoas interessadas podem acompanhar como e em que áreas os seus impostos estão sendo usados na cidade.

ETAPAS DO CICLO ORÇAMENTÁRIO

Para fazer o orçamento são quatro etapas:

01. Elaboração,
02. Aprovação,
03. Execução e
04. Controle e Avaliação.

01

ELABORAÇÃO

Seguindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência faz uma proposta de orçamento. Para criar essa proposta ela consulta todas as secretarias municipais e a sociedade em geral. Para ouvir a sociedade, a Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência faz Audiências Públicas em cada uma das 32 Subprefeituras e recebe sugestões. Depois, manda essa proposta para a Câmara Municipal até 30 de setembro de cada ano.

02

APROVAÇÃO

Depois de debatido, alterado e votado na Câmara Municipal, o Orçamento vira Lei: a Lei Orçamentária Anual (LOA). As mudanças feitas na Câmara pelas pessoas eleitas como vereadoras são chamadas de Emendas Parlamentares.

Para serem aprovadas, as emendas têm que respeitar o PPA e a LDO. Precisam também dizer de onde vem o dinheiro necessário para pagar as mudanças propostas.

Além disso, há várias limitações. As emendas não podem comprometer o pagamento da dívida pública nem o pagamento dos salários dos servidores públicos, por exemplo. Também devem assegurar que sejam respeitados os gastos mínimos para saúde (15% da receita de impostos) e educação (25% da receita de impostos).

03

EXECUÇÃO

Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, o orçamento aprovado é colocado em prática. É quando o planejamento feito no ano anterior vira realidade.

Tudo isso é feito respeitando a [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) para que a Prefeitura não invista sem ter dinheiro suficiente.

04

CONTROLE E AVALIAÇÃO

Nessa etapa, tudo o que foi planejado e posto em prática no orçamento é analisado. Valores, prazos, produtos e serviços entregues à população são checados e avaliados.

Apesar de ser apresentada como a última fase no ciclo do orçamento, o controle e avaliação não são feitos só no final. Pelo contrário! São feitos durante todo o tempo. Assim, fica possível corrigir e melhorar no meio do caminho.

O controle e avaliação são feitos da seguinte forma:

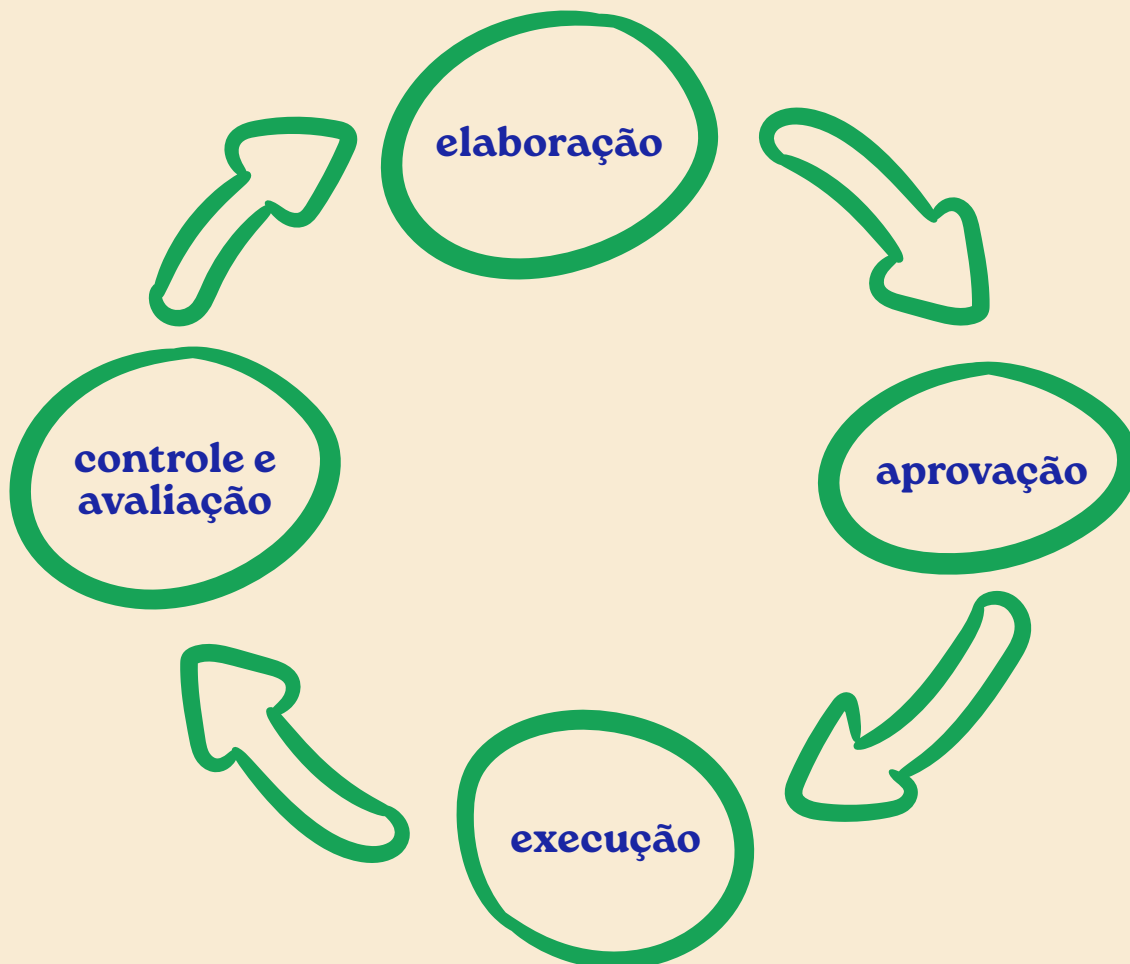
- Controle interno: feito pela própria Prefeitura com a ajuda da Controladoria Geral do Município;
- Controle externo: feito pela Câmara Municipal, com ajuda do Tribunal de Contas do Município. Como estes órgãos têm mais poder para controlar e até punir se for o caso, precisam ter liberdade e independência de atuação;
- Controle Social: a população tem o direito e a obrigação de acompanhar como a Prefeitura investe o nosso dinheiro através dos portais públicos de transparência e de observatórios da sociedade civil. Pode também consultar a aba orçamento da página da Secretaria da Fazenda na internet.



PARA ACESSAR A PÁGINA, CLIQUE NO LINK:

<https://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/execucao.php>

CICLO ORÇAMENTÁRIO



PARE E REPARE!

O orçamento é um ciclo no qual o resultado de uma etapa alimenta o que vai ser feito na etapa seguinte.



Outros instrumentos de planejamento

PDE

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO

O Plano Diretor Estratégico foi elaborado em 2014 e é como um mapa para o desenvolvimento da cidade. Define orientações para áreas como transporte e moradia, meio ambiente, e ajuda a cidade a crescer de maneira organizada, modernizada e produtiva.

A parte mais interessante da construção do Plano Diretor é que a população pode contribuir para que a Prefeitura crie políticas para melhorar a vida na cidade.

As metas do atual PDE têm que ser alcançadas até 31/12/2029.

O PDE deve ser feito em todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. A população da cidade de São Paulo em 2022, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) era de 11,45 milhões de habitantes.

PdM

PROGRAMA DE METAS

O Programa de Metas é uma forma de garantir que o governo cumpra suas promessas eleitorais ao longo dos quatro anos de mandato. É construído pela Prefeitura em conjunto com a sociedade.

No PdM, são definidos objetivos importantes para melhorar a qualidade de vida de quem vive em São Paulo, como tornar a cidade mais justa, sustentável e segura.

Em 2025, com a reeleição do prefeito, foi elaborado um novo PdM, que valerá até 2028.

2030

AGENDA MUNICIPAL 2030

A Agenda Municipal 2030 é o documento que reúne o conjunto de objetivos, metas e indicadores propostos pela Comissão Municipal ODS. É um conjunto de compromissos assumidos pela cidade de São Paulo em 2018. Eles orientam uma série de políticas para superar a pobreza, a fome, a falta de acesso a serviços básicos e os desafios que afetam tanto as pessoas quanto o meio ambiente.

Esses compromissos fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que devem ser cumpridos por diversos países e cidades até o ano de 2030.

A publicação deste Caderno atende ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e incentiva o acesso das pessoas à informação de qualidade. Além disso, o caderno não será impresso, contribuindo para uma economia de material, de acordo com o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis.

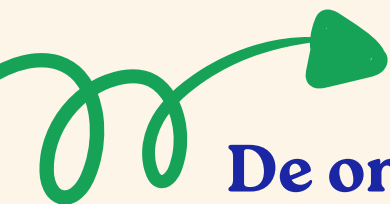
AÇÕES

PLANOS SETORIAIS

Os Planos Setoriais definem diretrizes, metas e objetivos para ações da Prefeitura em diversas áreas. Têm esse nome porque tratam dos diversos setores de políticas públicas, como assistência social, cultura, educação, saúde, primeira infância, entre outros.

São Paulo tem diversos planos setoriais. Eles se relacionam com o planejamento municipal de longo prazo e normalmente são feitos com a participação da população.

★ **COMISSÃO MUNICIPAL ODS** | Grupo de pessoas que representa a Prefeitura, empresas privadas, a população e cientistas. Seu objetivo é implementar os compromissos da Agenda 2030.



De onde vem o dinheiro

O dinheiro que a prefeitura usa para administrar a cidade vem principalmente dos tributos que pagamos. Vem também de empréstimos e repasses dos governos Federal e Estadual. O dinheiro, que é investido em ações, iniciativas e serviços públicos da Prefeitura, é chamado de “receita orçamentária”.

Vamos agora explicar um pouco o que são essas receitas:

TESOURO MUNICIPAL

é a principal fonte de dinheiro da Prefeitura. De modo geral, é tudo o que você paga para a Prefeitura: impostos, taxas, contribuições e até mesmo multas. Uma parte dos impostos que você paga para o Estado também entram aqui.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

é o dinheiro que vem das contribuições pagas pelas pessoas que trabalham na Prefeitura para a aposentadoria delas e das pessoas servidoras que já se aposentaram.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

é o dinheiro que a Prefeitura recebe fazendo empréstimos.

FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO

esse dinheiro vem do FUNDEB, que é a principal reserva dos governos brasileiros para manter e desenvolver a educação básica e valorizar quem é profissional da educação. Essa reserva é formada por depósitos e transferências feitas pelo governo federal, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelas Prefeituras, e só pode ser investida na educação pública.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

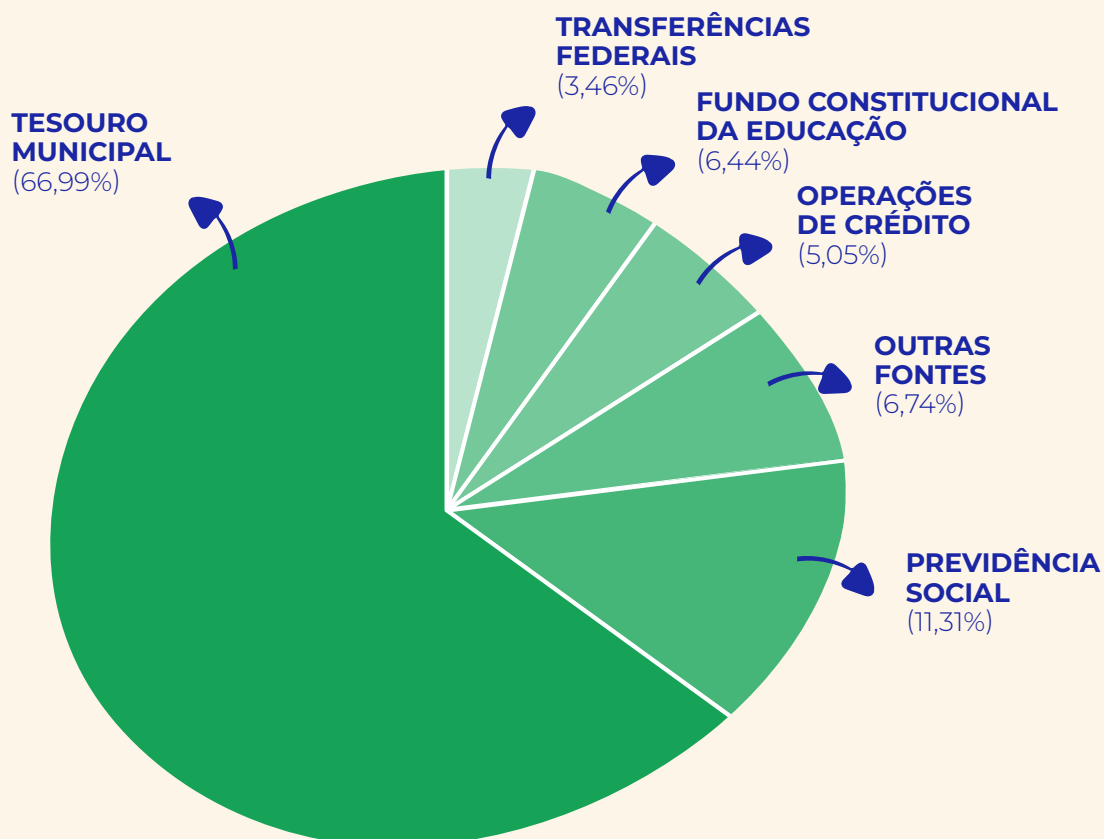
são diferentes transferências que o governo federal faz para a Prefeitura. Cada transferência serve para uma política pública específica.

OUTRAS FONTES

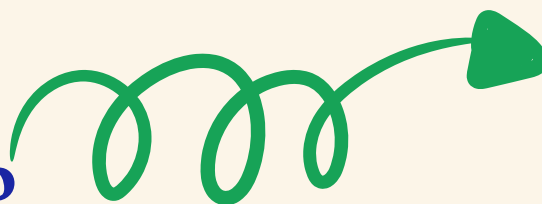
são muitas, mas não foram detalhadas neste caderno porque não são as principais fontes de recursos da cidade. Por exemplo, transferências estaduais, depósitos judiciais, venda de bens, lucro de empresas municipais etc.

FONTE DE RECEITA	2026 R\$ BILHÕES	2027 R\$ BILHÕES	2028 R\$ BILHÕES	2029 R\$ BILHÕES	TOTAL R\$ BILHÕES	%
TESOURO MUNICIPAL	88,97	94,18	101,23	108,00	392,38	66,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	15,63	16,44	17,36	16,82	66,26	11,31
FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	8,78	9,22	9,67	10,07	37,74	6,44
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	5,09	4,96	5,09	5,15	20,29	3,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8,26	9,47	8,17	3,71	29,61	5,05
OUTRAS FONTES	10,67	9,39	9,58	9,84	39,48	6,74
TOTAL	137,40	143,66	151,10	153,59	585,76	100

Fonte: Plano Plurianual 2026-2029



Para onde vai o dinheiro



Você consegue imaginar quantas despesas são necessárias para manter e melhorar uma cidade? A seguir você verá as principais despesas planejadas pela Prefeitura de 2026 a 2029.

LIBERDADE DE ESCOLHA TEM LIMITE

Despesas obrigatórias são despesas definidas por leis e contratos e não podem ser reduzidas ou cortadas facilmente. Por exemplo, salários de quem trabalha no serviço público, aposentadorias e pensões, além de investimentos mínimos com saúde e educação.

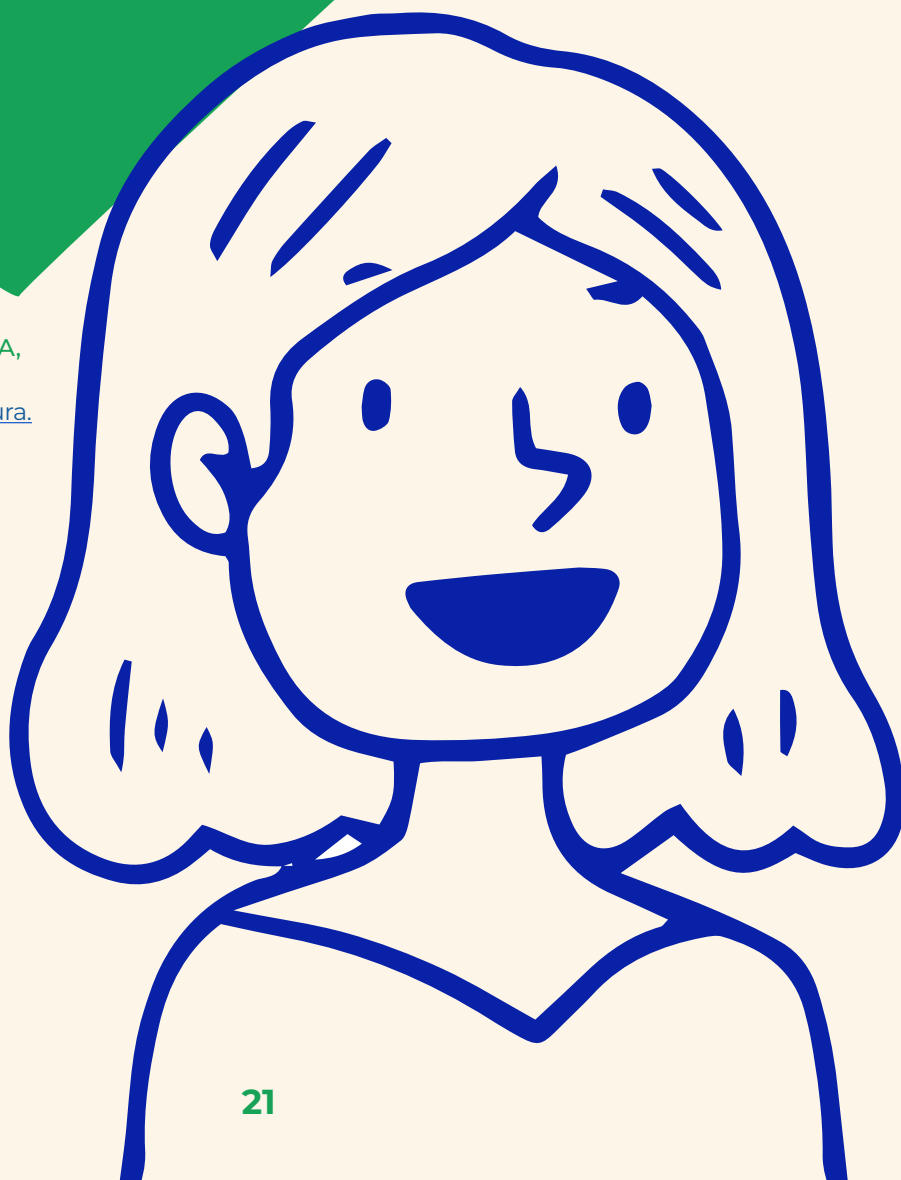
As despesas que não são obrigatórias são chamadas de **discricionárias**. Neste caso, a Prefeitura tem mais liberdade para decidir onde investir. Obras públicas, programas sociais e investimentos em infraestrutura são exemplos de despesas discricionárias. Elas correspondem a uma **pequena parcela** do orçamento municipal e dependem de propostas apresentadas pela pessoa prefeita e das pessoas vereadoras que discutem, modificam e aprovam o orçamento da cidade. Essas despesas podem ser reduzidas ou cortadas em momentos de crise financeira ou quando a Prefeitura precisa ajustar seu orçamento.

Você de olho bem aberto!

As receitas e despesas da Prefeitura são acompanhadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, pela Controladoria Geral do Município (CGM) e pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), mas você também pode e deve fazer isso. Afinal, você é a pessoa mais interessada em como o nosso dinheiro está sendo usado. A Prefeitura divulga diariamente como o dinheiro está sendo gasto e investido na cidade de São Paulo, no Portal do Orçamento na página da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência na internet.



PARA ACESSAR A PÁGINA,
CLIQUE NO LINK:
<https://orcamento.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/>



Para onde vai o nosso dinheiro nos próximos quatro anos

Todo projeto que a Prefeitura faz na cidade é classificado por tema. Esses temas são chamados de “áreas temáticas”. Saúde, Educação, Cultura e Segurança são alguns exemplos de temas ou áreas temáticas. Em alguns casos, as áreas temáticas podem representar algum órgão da Prefeitura; em outros casos, não. Por exemplo, a área temática da Saúde está bastante ligada à “Secretaria Municipal da Saúde”. Já a área da Administração, está espalhada por diferentes órgãos da Prefeitura.

Para ficar mais fácil de achar as informações, este Caderno traz a lista das áreas temáticas. **Veja na tabela abaixo um resumo de quanto a prefeitura planejou investir em cada área temática no período de 2026 a 2029, de acordo com o PPA.**

-----2026-----2027-----2028-----2029-----

Para onde vai o nosso dinheiro nos próximos quatro anos

FUNÇÃO	2026 (R\$ bi)	2027 (R\$ bi)	2028 (R\$ bi)	2029 (R\$ bi)
ADMINISTRAÇÃO	4,37	4,50	4,75	5,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3,10	3,40	3,63	3,73
CULTURA	1,24	1,10	1,19	1,28
DIREITOS DA CIDADANIA	0,81	0,87	0,95	1,03
EDUCAÇÃO	30,58	32,36	34,16	35,77
ENCARGOS ESPECIAIS	5,74	6,99	7,59	8,01
ESPORTE E LAZER	0,68	0,66	0,72	0,74
GESTÃO AMBIENTAL	0,82	0,90	0,96	1,00
HABITAÇÃO	6,65	5,52	5,33	4,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL	23,73	24,88	26,11	25,90
SANEAMENTO	1,46	2,11	1,81	1,12
SAÚDE	25,51	26,22	28,37	30,11
SEGURANÇA PÚBLICA	1,93	2,04	2,18	2,30
TRABALHO	0,38	0,40	0,43	0,47
TRANSPORTE	12,98	9,30	9,71	9,92
URBANISMO	14,01	18,96	19,60	18,99
OUTROS	3,41	3,45	3,61	3,78
TOTAL GERAL	137,40	143,66	151,10	153,59

★ **OUTROS INVESTIMENTOS** | Investimentos feitos em áreas temáticas que não percebemos muito em nosso dia a dia como Agricultura; Comércio e Serviços; Legislativa; Essencial à Justiça; Relações Exteriores; Comércio e Serviços; Reserva de Contingência; classificamos no item “Outras”.

administração

2026

R\$ 4,37 bi

2027

R\$ 4,50 bi

2028

R\$ 4,75 bi

2029




R\$ 5,00 bi

O QUE A ADMINISTRAÇÃO ENVOLVE?

O objetivo da Administração é garantir que a Prefeitura continue funcionando.

Todos os órgãos e Secretarias da Prefeitura gastam com Administração. Onde mais se gasta com Administração é na Saúde, Educação e na Segurança Pública. O orçamento da Administração em 2026 é de **R\$ 4,37 bilhões**.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

-  Manter prédios e instalações funcionando;
-  Comprar e manter os equipamentos e materiais;
-  Contratar e pagar pessoas que trabalham na Prefeitura ou para ela, entre outras coisas.

DESTAQUES

Quase **R\$ 1,4 bilhão** ou **31% do total** serão usados para **Administração Financeira**, ou seja, para tomar conta do dinheiro da Prefeitura. Isso envolve:

- Cuidar da aplicação bancária desse dinheiro;
- Cobrar impostos e outras fontes de dinheiro da Prefeitura, como multas por exemplo;
- Planejar como o dinheiro será gasto;
- Garantir que tudo isso seja feito de acordo com a lei;
- Prestar contas desses gastos;
- Mostrar para você como tudo isso é feito.

Mais de **R\$ 532 milhões** ou **12% do total** será investido em tecnologia da informação, para:

- Comprar computadores, impressoras e scanners;
- Contratar serviços de manutenção e suporte técnico;
- Comprar programas e licenças;
- Treinar e capacitar pessoas servidoras;
- Entre outros.



assistência social

2026

R\$ 3,10 bi

2027

R\$ 3,40 bi

2028

R\$ 3,63 bi

2029

R\$ 3,73 bi

O QUE A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENVOLVE?

A assistência social é um direito do cidadão. É considerada uma política pública que está disponível a quem precisa, sem que tenha que pagar por isso. Tem foco na proteção social, devendo garantir as seguranças sociais de acolhida, sobrevivência (rendimento e autonomia), convívio ou vivência familiar.

Por isso, é uma área importante para combater a pobreza e garantir uma vida digna para as pessoas.




DESTAQUES

O orçamento da Assistência Social em 2026 é de R\$ 3,1 bilhões. A SMADS é o principal órgão que recebe e investe esse valor, mas não é o único. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), entre outros órgãos, também recebem e investem parte deste valor.

Veja as principais ações abaixo.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Serviços, programas e projetos em 92 equipamentos públicos da rede direta:

-  **54** Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;
-  **32** Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS; e
-  **06** Centros de Referência Especializados para a População de Rua - Centros Pop);

Além de mais de **1.370 serviços socioassistenciais** em parceria com organizações da sociedade civil da área de assistência social.

assistência social

destaques

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

- Mais de **R\$ 905 milhões** para Manutenção e Operação de Equipamentos de Proteção Social Especial à População em Situação de Rua, como Centros de Acolhida (CAs) e Centros POP;
- Mais de **R\$ 139 milhões** para Manutenção e Operação de Equipamentos da Assistência Social como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Cerca de **R\$ 327 milhões** investidos em Manutenção e Operação de Equipamentos de Proteção Social Especial a Crianças, Adolescentes e Jovens em Risco Social;
- **R\$ 461 milhões** investidos em Manutenção e Operação de Equipamentos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes como os Centros para Crianças e Adolescentes (CCA).

PESSOA IDOSA

- Mais de **R\$ 144 milhões** serão investidos no atendimento de pessoas idosas (60 anos ou mais) em situação de vulnera-

bilidade. Isto é feito por meio de serviços como Núcleo de Convivência para Idosos (NCI), Centro Dia para Idosos (CDI) e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em diferentes regiões da cidade.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- Cerca de **R\$ 89 milhões** serão investidos na inclusão de pessoas que tenham limitações físicas, intelectuais, visuais ou auditivas. Pessoas autistas e neuroatípicas* também se encaixam neste item. Isso é feito por meio de equipamentos como o Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência (NAISPD) ou o Centro Dia para Pessoa com Deficiência (CDPcD).

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- **R\$ 51 milhões** investidos em planos de contingência para situações de altas e baixas temperaturas.
- Além dos atendimentos prestados em emergências e ou calamidades, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento a Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

★ **PESSOAS NEUROATÍPICAS** | O cérebro das pessoas neuroatípicas funciona de uma forma um pouco diferente. Essas diferenças podem afetar a maneira como essas pessoas pensam, processam informações, interagem socialmente e lidam com o mundo ao seu redor. Alguns exemplos são pessoas com autismo, síndrome de Asperger ou TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade).

cultura

2026

R\$ 1,24 bi

2027

R\$ 1,1 bi

2028

R\$ 1,19 bi

2029

R\$ 1,28 bi

O QUE A CULTURA ENVOLVE?

A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa tem o compromisso de valorizar e fortalecer todas as formas de expressão cultural na cidade de São Paulo. Cabe à Secretaria formular e implementar políticas públicas culturais, promover o acesso da população às diversas manifestações artísticas e preservar o patrimônio histórico, artístico e arqueológico da cidade.

O investimento da Prefeitura na cultura permite que mais pessoas tenham acesso a diferentes manifestações artísticas e possam se expressar livremente.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Para 2026, o orçamento destinado à Cultura é de R\$ 1,2 bilhão, sendo a maior parte destinada à Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. Esses recursos serão aplicados principalmente em:

- 🎵 Promoção de atividades e eventos culturais;
- 🎵 Gestão e manutenção dos equipamentos culturais da cidade;
- 🎵 Preservação do patrimônio histórico, artístico e arqueológico.

DESTAQUES

Dentre os principais investimentos para 2026, destacam-se:

- **R\$ 175 milhões** para a programação dos Centros Culturais, Casas de Cultura e Theatro Municipal;
- **R\$ 150 milhões** destinados a fomentos culturais, incentivando a produção artística na cidade;
- **R\$ 63,3 milhões** para políticas de formação cultural, ampliando o acesso à educação e capacitação na área;
- Cerca de **R\$ 84 milhões** para a programação, manutenção e operação das bibliotecas públicas, garantindo seu pleno funcionamento;
- **R\$ 30,8 milhões** para o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (PRO-MAC), que incentiva iniciativas culturais por meio de incentivos fiscais.



direitos da cidadania

2026

R\$ 808 mi

2027

R\$ 874 mi

2028

R\$ 945 mi

2029

R\$ 1,03 bi

O QUE DIREITOS DA CIDADANIA ENVOLVE?

A Cidadania é o conjunto de direitos e deveres que temos na nossa sociedade. O tema “Direitos da Cidadania” envolve ações voltadas a promover e proteger os direitos básicos da população do município de São Paulo, com foco em grupos socialmente vulnerabilizados. Assim, as ações desse tema se relacionam com o combate a discriminações, a oferta de alimentação adequada para pessoas em situação de vulnerabilidade, a promoção de inclusão e de acessibilidade, entre outros programas e políticas que busquem garantir uma vida digna a todos os cidadãos.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Alguns dos setores de investimento são: promoção da igualdade racial, assistência e atendimento a mulheres vítimas de violência, à população em situação de rua, a pessoas com deficiência, à população LGBTI+, à pessoa idosa, à criança e ao adolescente e a outros grupos vulnerabilizados. A seguir você encontra exemplos concretos sobre como esse dinheiro será usado.

DESTAQUES

ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Entre os valores destinados à Assistência à Criança e a o Adolescente, é importante destacar a administração dos Conselhos Tutelares. Esses órgãos públicos são responsáveis por receber denúncias de abuso, negligência, exploração e violência, e tomar medidas para proteger as crianças e os adolescentes. Também podem orientar e aconselhar famílias em situação de risco e encaminhar casos para outros órgãos, como o Ministério Público ou a Defensoria Pública.

- Mais de **R\$ 58,8 milhões** para administrar Conselhos Tutelares.

direitos da cidadania

DESTAQUES

DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

Direitos Individuais são aqueles que pertencem a cada pessoa, de forma individual. Os Direitos Coletivos, por sua vez, pertencem a determinados grupos de pessoas que têm algo em comum, como mulheres, pessoas idosas etc. Já os Direitos Difusos são aqueles que não são de uma pessoa ou grupo específico, mas que pertencem a toda a sociedade ao mesmo tempo. Entre os investimentos voltados a Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, é possível destacar os seguintes exemplos:

- Cerca de **R\$ 397 milhões** para políticas que garantam uma alimentação mais saudável e equilibrada para a população;
- Aproximadamente **R\$ 51,7 milhões** para manter e administrar Equipamentos Públicos que atendem mulheres (sobretudo em situação de violência), oferecendo atendimento técnico especializado nas áreas de psicologia, assistência social e direito, além de atividades coletivas que busquem a promoção de direitos e a construção da autonomia.

ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- **R\$ 61 milhões** para concluir o 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e implantar três novos Centros Municipais para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista nas regiões Sul, Leste e Oeste;
- **R\$ 15 milhões** para Projetos para Inclusão da Pessoa com Deficiência, com destaque para a Casa Mãe Paulistana – destinada ao acolhimento de mães de pessoas com deficiência – e para o Edital de Fomento a instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência;
- **R\$ 1,5 milhão** para a Para oficina Móvel, oficina volante destinada a reparos em cadeiras de rodas, órteses e próteses;
- **Cerca de R\$ 2 milhões** para manter e administrar a Central de Intermediação em Libras - CIL para pessoas surdas ou com deficiência auditiva;
- **R\$ 3 milhões** para a Central de Acessibilidade Comunicacional - CAC, que oferece recursos de acessibilidade comunicacional (Intérpretes de Libras, Guia-intérprete, Janela de Libras e Legenda) em eventos, reuniões e atividades públicas promovidas pela Prefeitura de São Paulo.

educação

2026

R\$ 30,58 bi

2027

R\$ 32,36 bi

2028

R\$ 34,16 bi

2029

R\$ 35,77 bi

O QUE A EDUCAÇÃO ENVOLVE?

A Educação é um processo de formação e desenvolvimento do sujeito, que abrange aspectos sociais, físicos, culturais, emocionais e intelectuais.

A escola é um dos espaços de constituição dos processos educacionais, sendo que, nas unidades escolares administradas pela Prefeitura há o investimento e gerenciamento de Programas e demais ações com o objetivo de subsidiar a formação integral de bebês, crianças e estudantes, além de fomentar a atuação e desenvolvimento profissional de docentes, gestores educacionais e demais integrantes da comunidade escolar.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação investe e distribui os recursos na Educação, com a seguinte organização:

EDUCAÇÃO INFANTIL

- **CEIs** - Centros de Educação Infantil, para bebês e crianças de zero a 3 anos e 11 meses; organizados em unidades diretas, indiretas ou parceiras;
- **EMEBs** - Escolas Municipais de Educação

Infantil, que atendem crianças de 4 a 5 anos e 11 meses por um período de 5 horas (manhã ou tarde) ou 7 horas (integral);

- **CEMEI** - Centro Municipal de Educação Infantil, que recebe crianças de zero a 5 anos e 11 meses;
- **CEIIs** - Centros de Educação Infantil Indígena, que integram os CECIs - Centros de Educação e Cultura Indígena, e atendem crianças de zero a 5 anos e 11 meses; e
- **EMEBs** - Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos, que oferecem o atendimento a crianças de 4 a 14 anos.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

- **EMEFs** - Escolas Municipais de Ensino Fundamental, para estudantes de 6 a 14 anos;
- **EMEFMs** - Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, para estudantes de 6 a 17 anos;
- **EMEBs** - Escolas Municipais de Educação Bilingue para Surdos, que oferecem o atendimento a crianças de 4 a 14 anos.



educação

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- **EJA** – Modalidade de Ensino para estudantes (jovens, adultos e idosos) que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A Educação Especial na Perspectiva inclusiva é uma modalidade transversal da Educação Básica que assegura o direito à aprendizagem de bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, promovendo o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento pleno nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.

A área da Educação precisa seguir todas as orientações e regras que estão nas leis e nos seus vários planos oficiais de ação, objetivos e estratégias. **Para isso, o orçamento da Educação em 2026 é de R\$ 30,5 bilhões.**

DESTAQUES

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil vai receber a maior parte. Seus mais de **R\$ 13,9 bilhões** serão divididos em:

- **R\$ 6,3 bilhões** para manter e administrar os CEIs Parceiros;
- **R\$ 5,38 bilhões** para remuneração de Profissionais das unidades diretas (CEI + EMEIs + CEMEIs);
- **R\$ 457 milhões** para manter e administrar as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs);
- **R\$ 350 milhões** para manter e administrar os Centros de Educação Infantil (CEIs diretos), entre outros;
- **R\$ 47,3 milhões** para manter e administrar os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) da rede direta, entre outros.



educação

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental vem em segundo lugar no volume de gastos da Educação, com mais de **R\$ 7,5 bilhões**. Destaque para:

- **R\$ 5,4 bilhões** para remuneração dos Profissionais da Educação Básica – Ensino Fundamental, entre outros, da rede direta;
- **R\$ 858 milhões** para manter e administrar as Unidades Educacionais – Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEFs).



CEIs parceiros

Os CEIs parceiros oferecem atendimento por 10h a bebês e crianças pequenas e são administrados por instituições sem fins lucrativos que atuam em parceria com a Prefeitura, sendo geridos de acordo com as normas e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação para:

- Oferta e fortalecimento do Atendimento à Primeira Infância;
- Garantir educação infantil de qualidade para todos os bebês e crianças da cidade (Interações e Brincadeiras, alimentação e higiene).

Unidades diretas

As unidades diretas são compostas pelas escolas (CEI, EMEI, EMEF, EMEBs e CEMEI) e administradas diretamente pela Prefeitura.



encargos especiais

2026

R\$ 5,74 bi

2027

R\$ 6,99 bi

2028

R\$ 7,59 bi

2029

R\$ 8,01 bi

O QUE ENCARGOS ESPECIAIS ENVOLVE?

O dinheiro reservado para Encargos Especiais serve para pagar:

- As dívidas e os juros das dívidas que a Prefeitura faz para investir na cidade;
- As indenizações e as multas que a Prefeitura tem que pagar em várias situações, como: por causar acidentes, por exemplo, quando não cumpre as regras de segurança e acessibilidade nas obras públicas; ou quando pagar indenização por desapropriação de imóveis;
- Ajuda financeira que a Prefeitura oferece para diversas áreas como cultura, saúde e assistência social, entre outras.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento de Encargos Especiais em 2026 é de **R\$ 5,7 bilhões**, que serão investidos da seguinte forma:

- 👉 Cerca de **R\$ 2,9 bilhões** para indenizações, multas, ajudas financeiras para diferentes áreas, entre outros gastos;

- 👉 Cerca de **R\$ 2,58 bilhão** para pagar parte dos juros e das dívidas da Prefeitura.

DESTAQUES

SUBSÍDIO OU SUBVENÇÃO?

Subsídio é o dinheiro que o governo oferece para ajudar uma empresa ou pessoa a realizar uma atividade específica. Já a **subvenção** é o dinheiro que o governo oferece para ajudar uma organização sem fins lucrativos a realizar suas atividades, como projetos sociais ou culturais. Em resumo, subsídios são para empresas e pessoas, enquanto subvenções são para organizações sem fins lucrativos.

esporte e lazer

2026

R\$ 684 mi

2027

R\$ 664 mi

2028

R\$ 721 mi

2029

R\$ 741 mi

O QUE ESPORTE E LAZER ENVOLVE?

A Prefeitura de São Paulo apoia projetos e ações que levam atividades físicas, esporte e recreação para o dia a dia da população paulistana. O lazer é um direito social garantido pela Constituição, e é dever do Estado incentivar e criar condições para a prática esportiva.

As políticas públicas de esporte e lazer acontecem, principalmente, nos 46 Centros Esportivos Municipais e nos mais de 230 Clubes da Comunidade (CDCs), distribuídos por toda a cidade, garantindo acesso gratuito a atividades para pessoas de todas as idades.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento do Esporte e Lazer em 2026 é de **R\$ 684 milhões**:

- ✎ Cerca de **R\$ 171 milhões** para manter e operar os equipamentos esportivos, como os Centros Esportivos, que vêm passando por processos de requalificação, com melhora dos espaços e aumento da oferta de piscinas públicas; além disso, mais de **R\$ 61 milhões** estão sendo investidos para requalificar esses equipamentos;
- ✎ Cerca de **R\$ 140 milhões** para incentivar a prática de esportes e atividades físicas, com aulas gratuitas destinadas a cidadãos de todas as idades, incluindo crianças, jovens, adultos e a população idosa;
- ✎ Mais de **R\$ 40 milhões** para o Programa Rede Olímpica de São Paulo, que oferece formação esportiva voltada ao alto desempenho para novos talentos, com estrutura adequada e concessão de bolsas.



gestão ambiental

2026

R\$ 823 mi

2027

R\$ 904 mi

2028

R\$ 961 mi

2029

R\$ 1 bi

O QUE A GESTÃO AMBIENTAL ENVOLVE?

A **Gestão Ambiental** preocupa-se com a sustentabilidade, ou seja, busca equilibrar o crescimento com a qualidade de vida do lugar onde vivemos. Uma cidade como São Paulo, que sofre cada vez mais com os efeitos da poluição e com as mudanças do clima, precisa de ações práticas para defender o meio ambiente e usar melhor os espaços coletivos.

funcionar os parques da cidade e fiscalizar a forma como os recursos naturais estão sendo usados em São Paulo;

- Promover a educação ambiental: explicar à população a importância de preservar e conservar o meio ambiente;
- Tecnologia da informação: desenvolver sistemas de informação para acompanhar a situação ambiental da cidade;
- Controle ambiental e formas de recuperar as áreas degradadas: acompanhar as mudanças no clima por causa da poluição, do lixo e do mau uso dos recursos.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento da Gestão Ambiental em 2026 é de **R\$ 824 milhões**. Esse dinheiro vai principalmente para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), que também cuida do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), e é usado para:

- Manter, preservar e aumentar, de forma igualitária, suas áreas verdes e seus 121 parques (em fevereiro de 2026);
- Diminuir o impacto das atividades humanas na natureza;
- Preservar e conservar o meio ambiente: cuidar e plantar mais árvores, cuidar dos animais silvestres, cuidar e fazer

gestão ambiental

DESTAQUES

Em 2026, serão investidos cerca de:

- **R\$ 475 milhões** em Parques urbanos e lineares, em atividades como a manutenção do Parque Augusta, planejamento e execução do Parque do Bixiga, manutenção do Parque do Carmo;
- **R\$ 119 milhões** em unidades de conservação, que são áreas com maior grau de proteção ambiental, como o Parque de Conservação Borda da Cantareira- Córrego do Bispo;
- **R\$ 20 milhões** em plantio e no cuidado das árvores, a fim de atingir a meta de 200 mil novos plantios até

2028 estipulada no Programa de Metas do Município; esse valor inclui, também, a realização do inventário arbóreo para mapear as árvores presentes em vias públicas da Cidade, por meio de tecnologia inovadora.

Além disso, merece destaque a política de pagamento por serviços ambientais que vem sendo executada desde 2022 e consiste em fazer pagamentos aos proprietários de imóveis que protegem o meio ambiente e fazem a manutenção de serviços ecossistêmicos.

Parques Lineares na cidade de São Paulo

Segundo o Plano Diretor Estratégico, os parques lineares são intervenções urbanísticas associadas aos cursos d'água, principalmente aqueles inseridos no tecido urbano. Têm como principais objetivos:

- I. proteger e recuperar as áreas de preservação permanente e os ecossistemas ligados aos corpos d'água;
- II. proteger, conservar e recuperar corredores ecológicos;
- III. conectar áreas verdes e espaços públicos;
- IV. controlar enchentes;
- V. evitar a ocupação inadequada dos fundos de vale;
- VI. propiciar áreas verdes destinadas à conservação ambiental, lazer, fruição e atividades culturais;
- VII. ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico.

habitação



2026

R\$ 6,65 bi

2027

R\$ 5,52 bi

2028

R\$ 5,33 bi

2029

R\$ 4,44 bi

O QUE A HABITAÇÃO ENVOLVE?

Habitação é um direito que todas as pessoas têm de ter um lugar para morar e viver.

Em uma cidade grande como São Paulo, a falta de casas em boas condições para todas as pessoas morarem é considerada um grande problema social. Por isso, a Prefeitura deve criar políticas para reduzir as desigualdades e garantir o direito à moradia.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento da Habitação em 2026 é de **R\$ 6,6 bilhões**, com a maior parte concentrada na Secretaria Municipal de Habitação. Esse valor serve, dentre outras coisas, para construir novas casas, realizar obras de urbanização e financiar atividades como a locação de moradias da prefeitura para famílias de baixa renda e o Auxílio-Aluguel, uma ajuda financeira mensal para complementar o aluguel de famílias removidas de suas casas devido a obras públicas.

Neste orçamento também está previsto o dinheiro para as ações de Regularização Fundiária na cidade.

Regularização Fundiária é o processo de legalização da posse de terras com documentação pendente, irregular ou que não

tenham registro em cartório. Além disso, garante a segurança jurídica dos proprietários/moradores dessas terras, possibilitando o acesso a serviços públicos como água, luz e saneamento básico. A regularização fundiária também pode ajudar na redução de conflitos agrários e para o desenvolvimento econômico e social das regiões.

DESTAQUES

Neste ano, a maior parte do dinheiro (aproximadamente **R\$ 2,3 bilhões**) será investido no Programa Pode Entrar para facilitar o acesso da população a moradias construídas por empresas privadas.

Em relação aos valores para 2026, seguem as informações:

- **R\$ 1,1 bilhão** para a construção de moradias populares pela própria Prefeitura;
- **R\$ 917 milhões** para o Programa de Mananciais, que atua em regiões da cidade abrangidas pelas bacias hidrográficas* Guarapiranga ou Billings.
- **R\$ 1,09 bilhão** para a urbanização de favelas da cidade.

★ **BACIA HIDROGRÁFICA** | região cercada por montanhas onde toda água da chuva que cai vai para um mesmo lugar (como um rio, lagoa ou represa). É chamada de bacia, por ter um formato que ajuda a “guardar” a água.



previdência social

2026

R\$ 23,73 bi

2027

R\$ 24,88 bi

2028

R\$ 26,11 bi

2029

R\$ 25,9 bi

O QUE A PREVIDÊNCIA SOCIAL ENVOLVE?

A **Previdência Social** existe para **garantir apoio financeiro a quem não pode trabalhar por um tempo ou de forma definitiva**. Além da aposentadoria, ela oferece outros benefícios, inclusive para dependentes das pessoas servidoras. Por exemplo, quando alguém fica doente ou não tem condições físicas ou emocionais para trabalhar, a Previdência Social garante uma renda para que essa pessoa consiga se manter por um período.

O sistema de previdência mais conhecido no país é o INSS, mas muitos municípios e estados têm sua própria Previdência Social, independente do INSS. Em São Paulo, as pessoas servidoras contribuem para o IPREM, que é o sistema de previdência próprio da Prefeitura.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Do valor orçado para Previdência Social do Município em 2026, **R\$ 14,5 bilhões**, cerca de 61%, são para pagar aposentadorias e pensões. Todo esse dinheiro vem das contribuições mensais: uma parte é descontada do salário das pessoas que trabalham no serviço público e a outra parte é paga pela própria Prefeitura, como empregadora.

saúde



2026

R\$ 25,51 bi

2027

R\$ 26,22 bi

2028

R\$ 28,37 bi

2029

R\$ 30,11 bi

O QUE A SAÚDE ENVOLVE?

O acesso à saúde para toda a população é um dos principais objetivos da Prefeitura de São Paulo. Por isso, a Secretaria Municipal da Saúde trabalha para promover, proteger e recuperar a saúde da população através do Sistema Único de Saúde (SUS), pautada sempre pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Na gestão do SUS, um dos maiores desafios é ampliar e qualificar a infraestrutura em saúde, ao mesmo tempo, em que zela pela qualidade dos serviços oferecidos para a população.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Em 2026, as ações mais importantes são:

- ✔ Implantar e reformar equipamentos de saúde pela cidade, incluindo Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Unidades Básicas de Saúde (UBS);
- ✔ Ampliar os serviços de atenção à saúde da mulher;
- ✔ Ampliar os serviços destinados às pessoas idosas;
- ✔ Ampliar o número de equipamentos para reabilitação.

DESTAQUES

O dinheiro da saúde é administrado principalmente pela Secretaria Municipal da Saúde e suas 6 Coordenadorias Regionais de Saúde (Centro, Norte, Leste, Oeste, Sudeste e Sul). Este recurso é utilizado para promoção e prevenção da saúde, evitando doenças e casos mais graves, e para organizar o atendimento à saúde dos casos mais simples aos mais complexos. Os recursos deste ano serão destinados para diversas ações, entre as quais estão:

Ações relacionadas à Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde (R\$ 9 bilhões):

- Promover saúde e prevenir doenças;
- Ofertar consultas e procedimentos que viabilizam diagnósticos, tratamentos e terapias;
- Construir e reformar equipamentos de saúde;
- Ampliar serviços e equipes.

Ações relacionadas à Assistência Hospitalar e Ambulatorial (R\$ 11 bilhões):

- Ampliar e reformar hospitais;
- Adquirir novos equipamentos para qualificar e ampliar diagnósticos e tratamentos;
- Ampliar os serviços de urgência e emergência e de atenção domiciliar.

saneamento

2026

R\$ 1,46 bi

2027

R\$ 2,11 bi

2028

R\$ 1,81 bi

2029

R\$ 1,12 bi

O QUE A SANEAMENTO ENVOLVE?

O saneamento serve para garantir um ambiente seguro e saudável, além de evitar a proliferação de doenças. Adicionalmente, melhora a qualidade ambiental geral, por reduzir a poluição verificada na região. Isso inclui serviços para:

- Manter limpa a água que bebemos;
- Coletar e tratar o esgoto da forma certa;
- Controlar a poluição na cidade;
- Construir sistemas de esgoto que consigam escoar a água da chuva;
- Tratar a água da chuva.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento desta área em 2026 é de pouco mais de **R\$ 1,4 bilhão**. O dinheiro será dividido entre:

- ✍ A Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB);
- ✍ Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI);
- ✍ Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB);
- ✍ A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL); e
- ✍ A Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

Em 2026 as ações serão concentradas em manutenção e reformas de sistemas de drenagem.

★ **LEI 11.445/07** | define saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e tratamento das águas da chuva da cidade.



segurança pública

2026

R\$ 1,93 bi

2027

R\$ 2,04 bi

2028

R\$ 2,18 bi

2029




R\$ 2,30 bi

O QUE A SEGURANÇA PÚBLICA ENVOLVE?

Junto com o Estado, a Prefeitura é responsável por instituições de Segurança Pública e por prevenir e reprimir a violência, para que as pessoas se sintam seguras em suas comunidades.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

Esse ano, os principais destaques incluídos no **R\$ 1,9 bilhão** do dinheiro reservado para a Segurança Pública são:

-  **R\$ 97 milhões** destinados a Manutenção e Operação da Guarda Civil Metropolitana;
-  **R\$ 374 milhões** para Ações integradas de Segurança Pública;
-  **R\$ 83 milhões** destinados para Manutenção e operação de Posto do Corpo de Bombeiros.

Aproximadamente 58,19% das despesas são com pessoal e encargos sociais. Os outros 41,81% são divididos para investimento em infraestrutura e equipamentos, ampliar instalações tanto da GCM como da Defesa Civil, além de despesas administrativas.

trabalho



2026

R\$ 381 mi

2027

R\$ 400 mi

2028

R\$ 433 mi

2029

R\$ 469 mi

O QUE TRABALHO ENVOLVE?

A área do Trabalho na Prefeitura busca garantir oportunidades de emprego e renda para as pessoas, além de estimular o crescimento econômico da cidade.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento do Trabalho em 2026 é de aproximadamente **R\$ 382 milhões** e corresponde a 0,28% do orçamento geral do município.

Desse total:

R\$ 344 milhões serão investidos para criar oportunidades de trabalho, como:

- ✎ Manter e melhorar os Centros de Apoio ao Trabalho e ao Empreendedorismo (CATE), com pouco mais de **R\$ 22 milhões**;
- ✎ Manter e melhorar a São Paulo Investimentos e Negócios, com **R\$ 24 milhões**; e
- ✎ Apoiar o Cooperativismo*, com quase **R\$ 11 milhões**.
- ✎ **R\$ 190 milhões** para Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores;
- ✎ **R\$ 59 milhões** para Manutenção e Operação da Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADESAMPA).

★ **COOPERATIVISMO** | é um modelo de organização em que pessoas se unem voluntariamente para atingir objetivos em comum, como melhorar a qualidade de vida, aumentar a renda ou obter serviços de forma mais acessível. As cooperativas são empresas que pertencem aos seus membros e são gerenciadas democraticamente por eles. Os membros ajudam com recursos e trabalham juntos para alcançar seus objetivos, compartilhando os benefícios e os riscos.

transportes e mobilidade



2026

R\$ 12,98 bi

2027

R\$ 9,3 bi

2028

R\$ 9,71 bi

2029

R\$ 9,92 bi

O QUE A TRANSPORTES E MOBILIDADE ENVOLVE?

A área de Transporte formula e implementa, através de políticas públicas estruturadas, o deslocamento dos cidadãos nas vias e espaços públicos de forma segura, sustentável e integrativa.

A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT), em conjunto com as empresas vinculadas SPTrans e CET, é o principal órgão municipal responsável por melhorar os deslocamentos pela cidade.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

A Secretaria é responsável por:

✍ Formular, propor, avaliar e implementar políticas públicas municipais de mobilidade e transportes;

- ✍ Planejar, regulamentar e supervisionar o Sistema de Transporte Coletivo público de passageiros;
- ✍ Regulamentar e fiscalizar o uso de vias e ciclovias;
- ✍ Regulamentar e fiscalizar os serviços de transporte individual, coletivo privado, escolar, fretado e de cargas;
- ✍ Planejar melhorias voltadas à segurança e à fluidez do trânsito;
- ✍ Promover mobilidade ativa e sustentável, incentivando deslocamentos a pé, por bicicleta e por modos de baixa emissão;
- ✍ Garantir que os serviços de transporte sejam de qualidade, acessíveis, seguros para toda a população;
- ✍ Desenvolver projetos que melhorem a circulação na cidade, como construção de ciclovias, faixas exclusivas e corredores de ônibus.

transportes e mobilidade

DESTAQUES

Os principais investimentos para melhorar o sistema urbano de transportes em 2026 serão:

- Modernizar o sistema de Transportes Coletivos Urbanos, garantindo frota moderna, confortável e eficiente.
- Subsídios financeiros às políticas públicas de incentivo a mobilidade urbana, como a tarifa zero aos domingos (Domingão Tarifa zero);
- Expandir a frota municipal de ônibus elétricos;
- Realizar obras estratégicas, como terminais e corredores de ônibus;
- Operar e qualificar o funcionamento de terminais e corredores de ônibus;
- Oferecer transporte gratuito para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com o Programa ATENDE;
- Implantar, manter e operar o Sistema de Transporte Público Hidroviário;

- Expandir as Faixas Azuis para motociclistas;
- Ampliar e qualificar a malha cicloviária;
- Implantar projetos de redesenho urbano para promoção da acessibilidade (rotas acessíveis);
- Desenvolver ações visando à redução do número de mortes no trânsito.

Haverá cerca de **R\$ 800 milhões** com Novas Tecnologias e Engenharias para:

- Manter e modernizar os semáforos e a sinalização nas ruas e avenidas da cidade;
- Melhoria do monitoramento e fiscalização do trânsito;
- Uso de novas tecnologias para tornar a mobilidade na cidade mais segura e eficiente.

urbanismo

2026

R\$ 14,01 bi

2027

R\$ 18,96 bi

2028

R\$ 19,6 bi

2029

R\$ 18,99 bi

O QUE URBANISMO ENVOLVE?

O Urbanismo serve para criar cidades que melhorem a qualidade de vida das pessoas que vivem nela. Para isso, estuda e planeja a cidade para que as pessoas possam viver, trabalhar e se divertir com segurança e saúde. Outra preocupação é preservar a natureza e usar de forma consciente os recursos que ela oferece.

É aqui que entra o orçamento das 32 Subprefeituras da cidade, responsáveis principalmente pela zeladoria urbana e programas de melhoria de bairros. Ao final deste item, serão apresentados um gráfico e uma tabela com o orçamento de cada Subprefeitura, ou seja, os recursos administrados pelos subprefeitos e subprefeitas.

PARA QUE ESSE DINHEIRO É USADO?

O orçamento total de Urbanismo em 2026 é de mais de **R\$ 14 bilhões** e será usado para melhorar e organizar o crescimento da cidade. Alguns exemplos:

Serviços urbanos, para melhorar a estrutura e qualidade dos serviços oferecidos para a população. Estamos falando de coisas como:

- 👉 Limpar a cidade;
- 👉 Preservar e instalar postes e lâmpadas;
- 👉 Cuidar das ruas;
- 👉 Plantar e cuidar de árvores;
- 👉 Conservar parques e áreas verdes;
- 👉 Manter os ecopontos;
- 👉 Organizar as faixas exclusivas para ônibus.

Infraestrutura urbana, para cuidar das coisas da cidade, como:

- 👉 Construir e consertar ruas, pontes e viadutos;
- 👉 Construir e manter as redes de água, esgoto e drenagem para a chuva;
- 👉 Construir e cuidar de escolas, postos de saúde, hospitais e outras coisas importantes;



urbanismo

DESTAQUES

O dinheiro será dividido assim:

- Quase metade, 48%, vai para a Secretaria Municipal das Subprefeituras e Subprefeituras que cuidam da limpeza e manutenção da cidade e fazem obras para melhorar a estrutura;
- **R\$ 1,8 bilhões** para Serviços de Varrição e Lavagem de áreas públicas;
- **R\$ 1 bilhão** para pavimentação e recapeamento.

Do dinheiro total separado para melhorar a cidade, que é mais de **R\$ 1,9 bilhão**, merecem destaque os projetos para:

- Tornar os bairros melhores nos Planos Regionais das Subprefeituras;
- Reformar e tornar acessíveis as calçadas, praças e áreas de lazer da cidade;
- Aumentar e melhorar as Áreas Públicas;
- Fazer melhorias nas ruas e estradas.

Destiques do Plano Plurianual



PPA
2026 - 2029

Destques do Plano Plurianual

O PPA organiza o planejamento da prefeitura para quatro anos e orienta o que será feito em cada orçamento anual. Em São Paulo, o PPA em vigor é o de 2026–2029, definido pela Lei Municipal nº 18.376/2025. Ele funciona como um guia geral que mostra as prioridades e o rumo que o governo pretende seguir.

O PPA é organizado por **programas**. Cada programa reúne um conjunto de ações da prefeitura voltadas para alcançar um objetivo importante para a cidade. De forma simples, um programa é como um **pacote de iniciativas** que trabalham juntas para resolver um problema ou melhorar uma área, como a saúde. Ele explica o que a prefeitura quer fazer, por que isso é importante e como o dinheiro será usado para chegar lá.

Cada programa também tem **indicadores**, que ajudam a acompanhar se os objetivos estão sendo alcançados. Além disso, há os **produtos**, que são os resultados concretos das ações, como serviços prestados, obras realizadas ou atendimentos feitos à população.

Para que os programas aconteçam na prática, existem as **ações orçamentárias**. Elas são as atividades, projetos ou serviços específicos que a prefeitura executa. Por exemplo, a construção ou reforma de um hospital é uma ação orçamentária dentro de um programa voltado à melhoria da saúde.

Além dos programas e das ações orçamentárias, o PPA de São Paulo também organiza tudo em três grandes eixos, que representam os principais temas do planejamento da cidade:

DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Reúne ações voltadas a garantir direitos, ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e fortalecer redes de proteção, participação e diversidade, ou seja: fazer com que mais pessoas tenham seus direitos respeitados, recebam bons serviços e participem ativamente da vida da cidade.

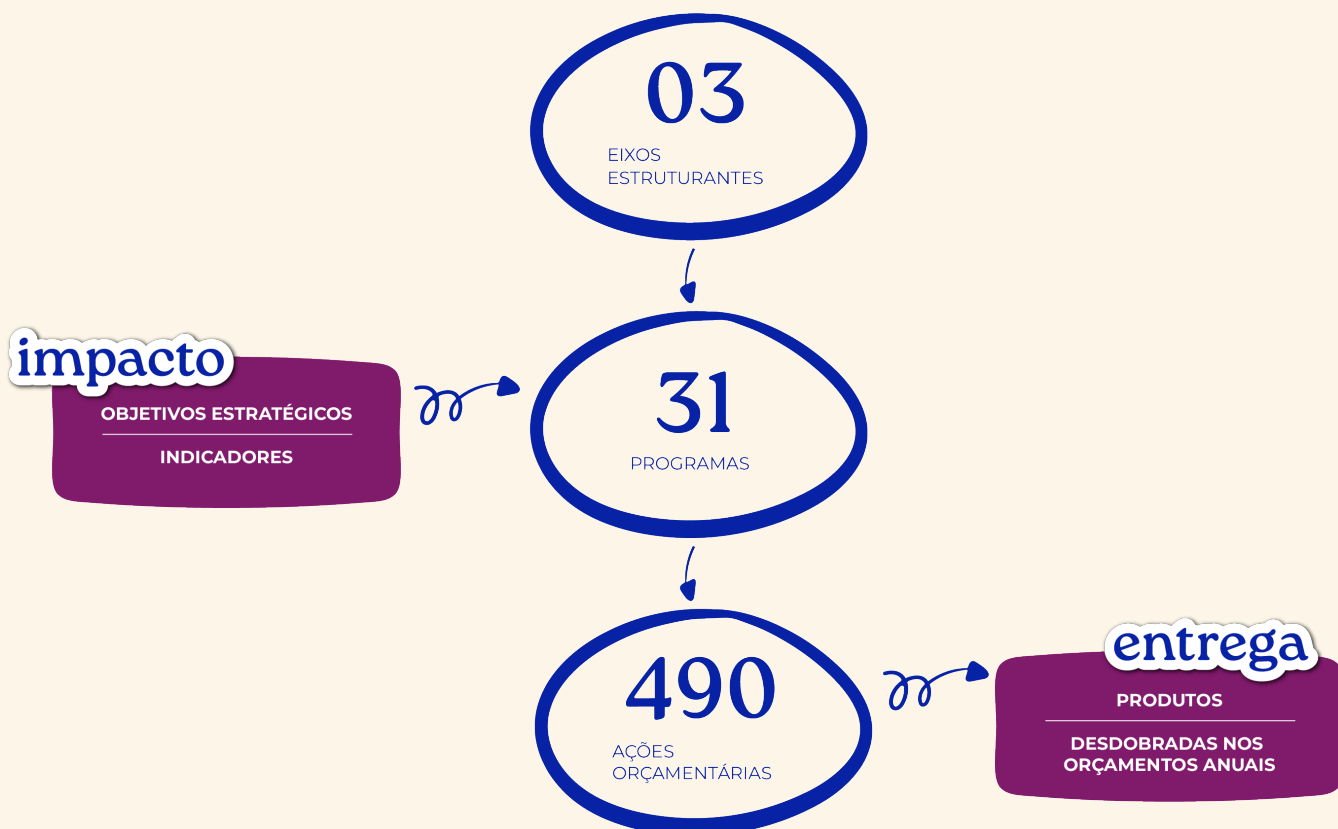
INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Concentra iniciativas para melhorar e ampliar a infraestrutura da cidade, facilitar a mobilidade, cuidar dos espaços públicos e fortalecer a economia. Isso inclui ações para melhorar o transporte, organizar melhor os espaços urbanos, apoiar negócios, incentivar inovação e turismo e gerar emprego e renda. Também envolve medidas para tornar os serviços da prefeitura mais modernos e eficientes.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Reúne ações voltadas a reduzir impactos ambientais e que ajudam a cidade a enfrentar as mudanças climáticas. O objetivo é tornar São Paulo mais preparada para riscos e desastres, como enchentes e ondas de calor, e melhorar a forma como a Prefeitura cuida das questões ambientais.

Assim, os eixos funcionam como grandes temas que organizamos programas e ações previstas no PPA. A figura abaixo mostra como o PPA atual está estruturado.



O quadro a seguir mostra como os programas foram agrupados nos três eixos que organizam o plano:

EIXO	PROGRAMAS	
SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE	4013	Sustentabilidade Ambiental
	4014	Gestão de Riscos e Resiliência a Desastres e Eventos Críticos
	4017	Saúde Animal

EIXO	PROGRAMAS	
INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0000	Encargos Especiais
	4001	Suporte Administrativo
	4002	Qualificação e Inovação do Serviço Público
	4003	Benefícios, Previdência e Sustentabilidade Previdenciária
	4004	Participação, Transparência e Controle Social
	4005	Processo Legislativo e Controle Externo
	4007	Políticas de Mobilidade Urbana
	4009	Promoção da Cidade e Incentivo do Turismo
	4012	Crescimento Econômico e Empregabilidade
	4020	Qualificação de Espaços Públicos
	4021	Zeladoria de Espaços Públicos
	4032	Promoção da Cultura e da Economia Criativa
	9999	Reserva de Contingência

EIXO	PROGRAMAS	
DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL	4006	Políticas de Habitação
	4008	Políticas de Segurança
	4010	Segurança Alimentar e Nutricional
	4011	Esporte e Lazer
	4015	Saúde em Atenção Básica, Especialidades e Vigilância
	4016	Saúde em Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência
	4018	Assistência e Proteção Sociais
	4019	Proteção a Crianças e Adolescentes
	4022	Políticas para Pessoas com Deficiência
	4023	Políticas para População Idosa
	4024	Promoção da Cidadania e da Diversidade
	4025	Políticas para Mulheres
	4026	Políticas de Igualdade Racial
	4027	Manutenção, Desenvolvimento e Promoção da Educação
	4028	Primeira Infância

Todo esse conjunto é acompanhado todos os anos. Esse monitoramento permite verificar o que avançou, o que precisa melhorar e como o orçamento está sendo usado para transformar as prioridades do governo em ações concretas. Depois desse acompanhamento, a Prefeitura reúne tudo em um relatório de monitoramento, que apresenta os principais resultados do período. Esse relatório é publicado no Portal do Orçamento no ano seguinte ao período analisado, para que qualquer pessoa possa acessar e entender os resultados.

AGENDAS SOCIAIS

O PPA 2026–2029 da Prefeitura de São Paulo trouxe duas novidades importantes: as agendas sociais e o orçamento climático. As agendas sociais ajudam a mostrar, de forma mais clara, como o dinheiro público beneficia grupos específicos da população.

Com essa organização, fica mais fácil para o governo e para a sociedade entender se os recursos estão sendo investidos de maneira a reduzir desigualdades e melhorar a vida de diferentes públicos, como mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas negras, pardas e indígenas, e crianças de 0 a 6 anos. Além disso, essa forma de organizar o orçamento ajuda as áreas da Prefeitura a trabalharem de maneira mais integrada, evitando ações duplicadas e fortalecendo resultados.

agenda de mulheres

Na Agenda de Mulheres, a Prefeitura buscou identificar as ações do orçamento que realmente fazem diferença na vida das mulheres — como apoio no cuidado das crianças, acesso a serviços, geração de renda e proteção contra a violência. No total, o PPA 2026-2029 prevê 60,3 bilhões destinados a essa agenda.

MULHERES	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	13,6 bi	14,3 bi	15,7 bi	16,8 bi	60,4 bi

agenda da pessoa com deficiência

Já a Agenda da Pessoa com Deficiência mostra onde o orçamento municipal contribui para garantir acessibilidade, mobilidade, inclusão, atendimento em saúde e apoio direto às pessoas com deficiência. Assim, é possível visualizar de forma mais simples como essas políticas impactam o dia a dia desse público. Serão destinados cerca de 11,4 bilhões a esse público nos próximos quatro anos.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	2,7 bi	2,7 bi	2,9 bi	3,1 bi	11,4 bi

agenda da pessoa idosa

Na Agenda da Pessoa Idosa, o objetivo foi identificar como os recursos públicos apoiam esse público em áreas essenciais como saúde, assistência, mobilidade, moradia e participação social. Dessa forma, é possível entender melhor como o orçamento contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. O PPA prevê 23,9 bilhões destinados a essa agenda.

PESSOA IDOSA	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	5,5 bi	5,7 bi	6,2 bi	6,6 bi	24 bi

agenda de igualdade racial

A Agenda de Igualdade Racial reúne as ações que ajudam a combater desigualdades e ampliar oportunidades para a população negra, parda e indígena. Ela mostra como o dinheiro público é aplicado em áreas como saúde, habitação, assistência, cultura e outras políticas que têm papel direto na promoção da igualdade racial na cidade. O total de recursos destinados para a agenda de igualdade racial é de aproximadamente 45 bilhões.

IGUALDADE RACIAL	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	10,5 bi	10,8 bi	11,7 bi	12 bi	45 bi

agenda da primeira infância

Por fim, a **Agenda da Primeira Infância** reúne os recursos destinados às crianças de 0 a 6 anos. Diferente das outras agendas, a maior parte do dinheiro está em ações totalmente voltadas à primeira infância, o que mostra o forte compromisso da cidade com esta fase da vida. O total a ser destinado para a Primeira Infância é de 93,6 bilhões.

PRIMEIRA INFÂNCIA	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	23,3 bi	22,6 bi	24,2 bi	25,6 bi	93,7 bi

ORÇAMENTO CLIMÁTICO

A segunda novidade desse PPA é o **orçamento climático**, que identifica e apresenta de forma transparente o dinheiro destinado a enfrentar os efeitos das mudanças climáticas na cidade.

Isso significa que o orçamento municipal passou a ligar diretamente o dinheiro público às ações voltadas ao clima, algo que não acontecia antes. O objetivo é garantir que projetos e gastos públicos realmente ajudem a reduzir emissões de gases do efeito estufa e deixar a cidade mais preparada para enfrentar eventos climáticos como enchentes e ondas de calor.

Esse instrumento, também ajuda a orientar melhor os investimentos da Prefeitura em áreas como transporte, energia e lixo, tornando a cidade mais preparada e sustentável.

O trabalho envolve várias secretarias e parceiros internacionais. As ações são organizadas em três dimensões:

MITIGAÇÃO

reúne iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa.

ADAPTAÇÃO

voltada para preparar a cidade para os impactos das mudanças climáticas.

EQUIDADE

busca garantir que as ações beneficiem as populações mais vulneráveis.

No total, o PPA 2026-2029 prevê cerca de 123 bilhões destinados ao orçamento climático.

ORÇAMENTO CLIMÁTICO	2026	2027	2028	2029	TOTAL
	29,9 bi	31,1 bi	31,8 bi	30,5 bi	123,4 bi



**o dinheiro
na cidade**

Como o dinheiro é distribuído pela cidade

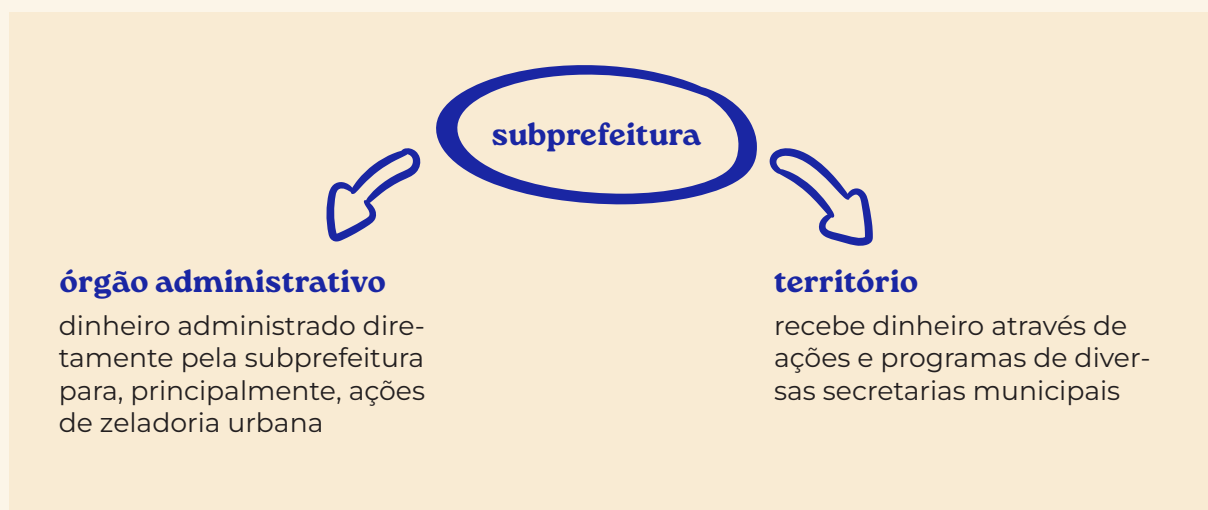
ORÇAMENTO POR REGIÃO

Nossa cidade é dividida em 32 Subprefeituras, que são ao mesmo tempo **territórios** e órgãos administrativos.

O território da Subprefeitura é toda a região que é administrada por essa subprefeitura. O órgão administrativo da subprefeitura é toda a estrutura administrativa da subprefeitura, com seu prédio, todos os equipamentos e o pessoal que trabalha lá.

As subprefeituras recebem dinheiro do orçamento municipal de duas formas, uma como **território** e outra como órgão **administrativo**:

- Para as Subprefeituras como **território** o dinheiro chega pelas diferentes **Secretarias Municipais**, como as Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Transportes, Habitação, etc. É importante lembrar que esse dinheiro não é administrado diretamente pelas subprefeituras.
- Para as Subprefeituras como órgãos administrativos o dinheiro que chega é administrado diretamente pelas subprefeituras para satisfazer as demandas da população, principalmente em zeladoria urbana.



subprefeituras	2026	2027	2028	2029
PERUS/ANHANGUERA	61.644.976	34.706.641	36.897.737	39.023.386
PIRITUBA/JARAGUÁ	62.454.545	57.366.015	61.494.504	65.480.944
FREGUESIA/BRASILÂNDIA	65.180.536	55.314.485	59.017.353	62.601.372
CASA VERDE/LIMÃO/ CACHOEIRINHA	56.342.613	40.954.729	43.853.261	46.653.989
SANTANA/TUCURUVI	70.801.299	61.854.650	66.257.235	70.510.663
JAÇANÃ/TREMembÉ	55.667.118	49.005.429	52.348.126	55.581.756
VILA MARIA/VILA GUILHERME	52.593.572	40.912.159	43.457.682	45.928.067
LAPA	65.027.256	59.032.039	63.444.427	67.699.944
SÉ	190.921.870	194.946.109	211.428.214	227.267.016
BUTANTÃ	62.100.000	52.815.184	56.814.987	60.670.811
PINHEIROS	68.522.942	62.384.788	66.989.494	71.431.553
VILA MARIANA	67.606.636	68.492.186	73.643.840	78.611.740
IPIRANGA	75.205.925	69.902.870	75.230.845	80.366.611
SANTO AMARO	67.164.062	64.185.902	69.044.726	73.728.930
JABAQUARA	60.860.929	50.811.752	54.512.469	58.084.522
CIDADE ADEMAR	63.747.288	56.344.538	60.726.126	64.946.572
CAMPO LIMPO	74.465.633	54.198.350	58.162.500	61.988.825
M'BOI MIRIM	72.312.014	57.877.447	62.405.675	66.766.519
CAPELA DO SOCORRO	64.463.675	48.481.789	51.888.085	55.180.000
PARELHEIROS	72.153.647	64.653.983	69.833.828	74.818.955
PENHA	68.567.211	58.914.921	63.015.148	66.977.313
ERMELINO MATARAZZO	56.199.677	48.639.273	52.175.155	55.588.600
SÃO MIGUEL PAULISTA	73.704.476	64.903.949	69.156.959	73.276.292
ITAIM PAULISTA	63.610.561	53.965.447	57.517.146	60.957.183
MOOCA	92.394.859	86.955.448	93.834.383	100.457.264
ARICANDUVA/FORMOSA/ CARRÃO	64.016.421	53.044.957	56.841.960	60.509.323
ITAQUERA	95.877.530	84.649.572	91.199.588	97.509.752
GUIANASES	72.557.951	67.777.322	72.564.502	77.189.185
VILA PRUDENTE	53.600.353	46.668.455	50.113.693	53.437.675
SÃO MATEUS	84.962.451	77.075.690	82.745.861	88.216.787
CIDADE TIRADENTES	53.125.591	44.961.878	48.019.945	50.978.552
SAPOEMBA	46.899.836	44.156.607	47.258.423	50.256.199
TOTAL GERAL	2.254.753.453	1.975.954.564	2.121.893.877	2.262.696.300

MAS, AFINAL, O QUE É O ORÇAMENTO POR REGIÃO?

É um esforço para identificar as regiões da cidade que recebem mais ou menos recursos e tomar medidas para diminuir essas desigualdades. E ainda fazer com que as regiões que mais precisam recebam mais dinheiro.

O orçamento total da Prefeitura em 2026 é de **R\$137 bilhões**. Desse total, a divisão acontece da seguinte maneira:

- **R\$ 82,4 bilhões** são distribuídos para as 32 subprefeituras, isso quer dizer que é possível identificar em que área da cidade acontecerá o investimento:
 - **2,2 bi** como órgão administrativo, para zeladoria principalmente e
 - **57,8 bi** como território, através dos programas e ações das diversas secretarias municipais.
- **R\$ 361 milhões** são divididos por região (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro). Isso quer dizer que não é possível identificar a subprefeitura, mas é possível dizer em que região da cidade o dinheiro será gasto;
- **R\$ 54,7 bilhões** não são distribuídos para nenhuma região em específico. Neste caso não é possível identificar em que local da cidade o dinheiro será investido. Isso acontece porque há despesas da prefeitura que são para o município como um todo e não para um local específico. Por exemplo, despesas com a previdência social e a dívida pública.

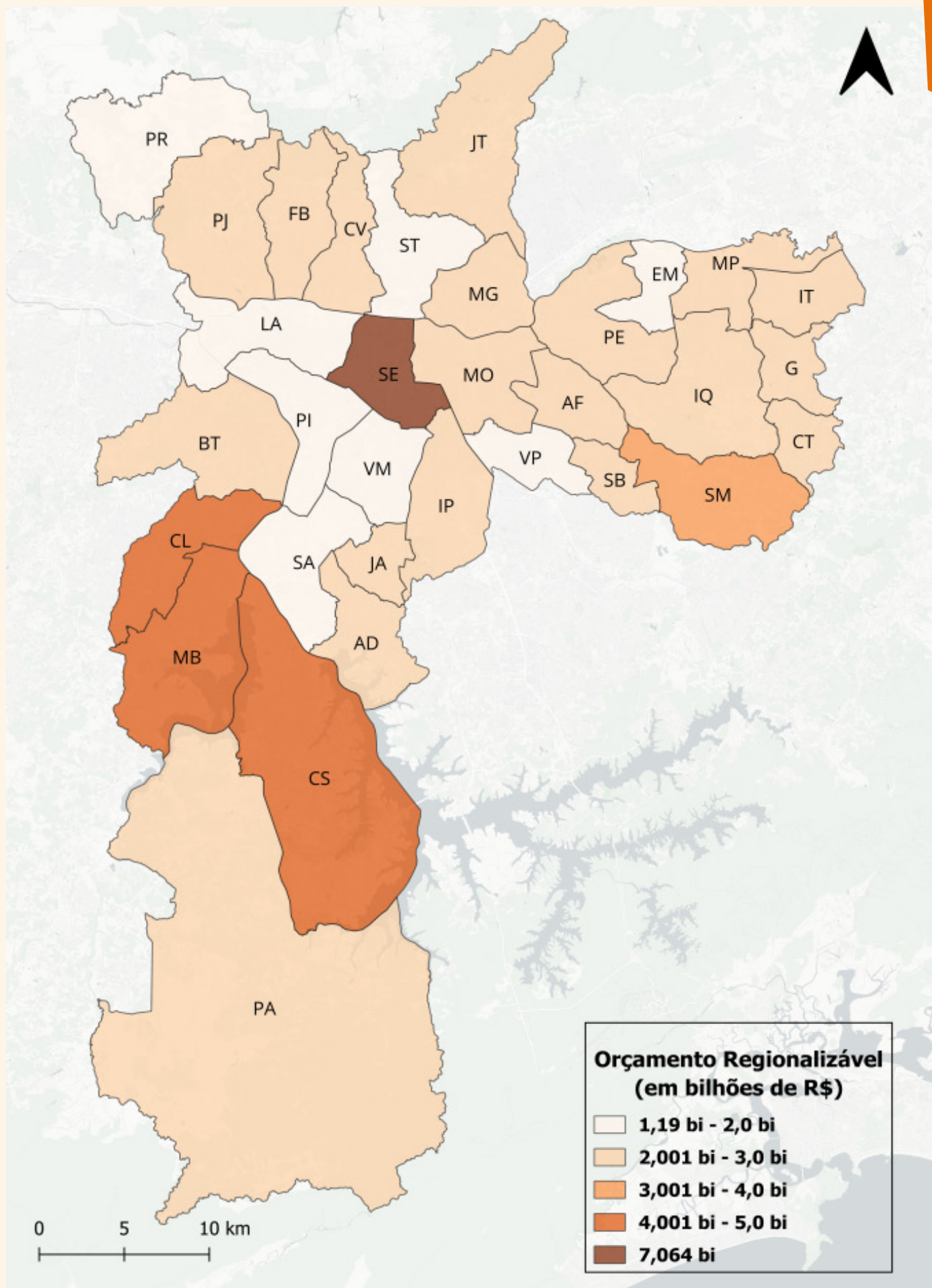


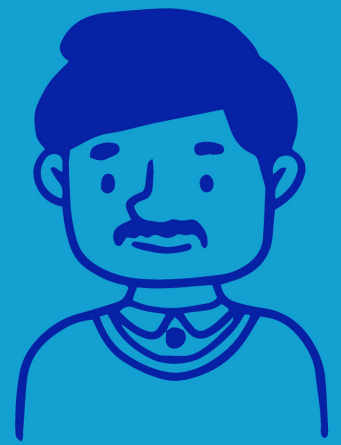
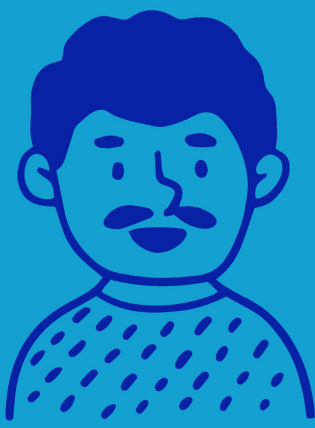
O ORÇAMENTO POR REGIÃO ESTÁ DISPONÍVEL A QUALQUER PESSOA QUE QUEIRA CONHECÊ-LO. É SÓ CLICAR NOS LINKS ABAIXO:

[Anexo de Regionalização e distribuição territorial das despesas](#)

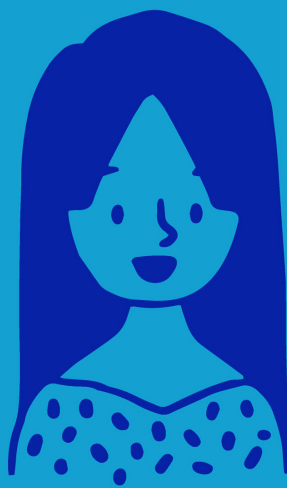
[Anexo de Regionalização do Orçamento](#)

total do orçamento





orçamento cidadão



PARE E REPARE!

Você diz o que sua região precisa e a gente coloca no orçamento da cidade. Participe!



CLIQUE AQUI E
CONHEÇA O **PARTICIPE+!**



O que é e como funciona o Orçamento Cidadão

Você sabe que pode participar diretamente do processo para decidir onde investir uma parte do dinheiro da sua subprefeitura? Em São Paulo isso é possível com o Orçamento Cidadão: a população indica quais obras e serviços devem receber recursos para serem realizados. No Orçamento Cidadão, que discute o orçamento do ano seguinte, a população indica como investir recursos orçamentários em cada subprefeitura da cidade. Nas Audiências públicas e recepção de propostas, a população participa diretamente indicando as demandas para sua região. A partir daí, outras etapas são realizadas com o intuito de priorizar as propostas mais importantes e incorporá-las ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Você pode mandar suas sugestões durante as audiências públicas e pela internet de acordo com o calendário. Todas as propostas são lidas e estudadas por quem faz o orçamento da Prefeitura e pelos Conselhos Participativo Municipal (CPM).

No final do ano acontecem as audiências devolutivas quando se explicam e justificam à população os critérios e decisões tomadas durante os processos de priorização e análise de viabilidade das propostas recebidas.

E não deixe de acompanhar a atuação do CPM da sua região, pois os conselheiros representam a população e participam diretamente de várias etapas deste processo. Eles sempre fazem reuniões abertas à população. Acompanhe e participe!

Para conhecer todas as etapas do processo e ficar por dentro do calendário, acesse o Participe Mais, no endereço abaixo e clicar em Orçamento Cidadão.

<https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>

CONHEÇA ALGUNS EXEMPLOS QUE FAZEM PARTE DA HISTÓRIA DO ORÇAMENTO CIDADÃO:

01

EQUIPAR UBS VILA ARRIETE COM CENTRO ODONTOLÓGICO E SAÚDE DA FAMÍLIA

O que a proposta pedia: Complementação da UBS Vila Arriete para comportar o centro especializado odontológico e saúde da família.

Órgão responsável pela execução da proposta:

Secretaria Municipal da Saúde

O que foi entregue: Aquisição de mobiliário e equipamentos para a UBS Arriete; investimento para adequações físicas na UBS Vila Arriete.

| Ano de conclusão: 2025.

02

INSTALAR PONTILHÃO LIGANDO R. MARIA CECHETO À FRANCISCO GIL ARAÚJO NO JD. LOURDES

O que a proposta pedia: Pontilhão ligando Rua Maria Cecheto à Francisco Gil Araújo no Jd. Lourdes.

Órgão responsável pela execução da proposta:

Subprefeitura de Guaianases.

O que foi entregue: finalização da obra referente à construção do pontilhão para a interligação da Rua Gonçalves Castelão com a Rua Maria de Lourdes Nunes Cecheto.

| Ano de conclusão: 2025

03

INSTALAR SEMÁFORO PARA PEDESTRE NO CRUZAMENTO SENA MADUREIRA X NAPOLEÃO DE BARROS

O que a proposta pedia: Instalação de semáforo para pedestre nos cruzamentos da Sena Madureira X Napoleão de Barros - pedestre tem que andar o quarteirão todo, ida e volta para atravessar (300m) e continuar seguindo pela Napoleão de Barros. Mesmo os pedestres que estão cruzando a Napoleão de Barros não são respeitados na faixa de pedestre (carros saem da Sena Madureira em conversão sem sinalizar e alta velocidade e os carros que entram na Sena sempre param sobre a faixa de pedestre para esperar uma “brecha”).

Sena Madureira X Dra Neide Aparecida Solito são 420m para que pedestre atravessasse e continue pelo Largo Senador Raul Cardoso.

Motoristas já não respeitam os pedestres e a PMSP precisa favorecer mais o pedestre - menor de todos na cadeia do trânsito.

Órgão responsável pela execução da proposta:

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes.

O que foi entregue: Os projetos que previam a sinalização horizontal, vertical e semaforica (Sena Madureira x Napoleão de Barros) foram implantados no dia 17/10/2025.

| Ano de conclusão: 2025

04

DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS NO BAIRRO DE UNIÃO DE VILA NOVA

O que a proposta pedia: Desenvolver projetos e atividades culturais no Bairro de União de Vila Nova, situado em local de vulnerabilidade social, fica nas margens de rios e entre linhas ferroviárias. Neste caso, o bairro fica ilhado, sem acesso a atividades culturais em espaços públicos, ONGs, projetos sociais.

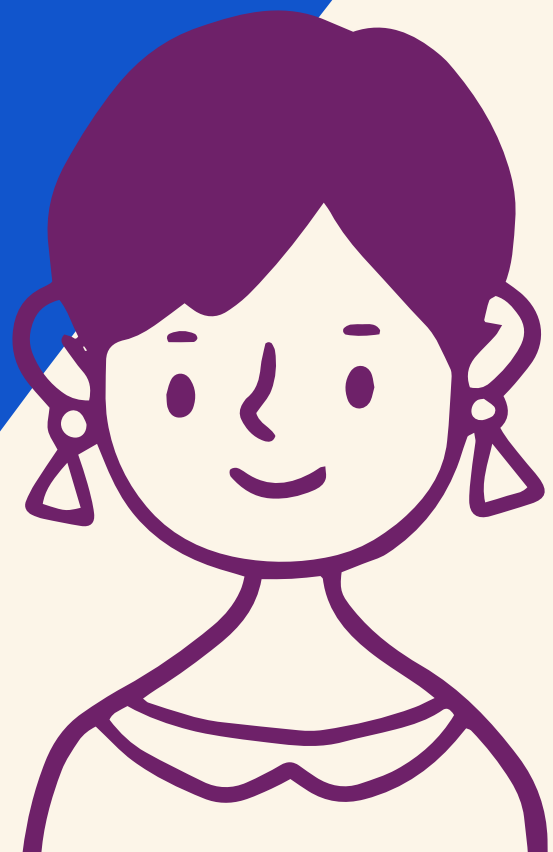
Órgão responsável pela execução da proposta:

Secretaria Municipal de Cultura.

O que foi entregue: No âmbito da programação cultural vinculada aos Festejos de São Miguel Paulista, foram contratados diversos artistas, bandas, coletivos culturais e produtores independentes para apresentações realizadas ao longo do mês de setembro de 2025. As contratações contemplam diferentes linguagens artísticas, com destaque para música, dança, cultura popular, sonoridades periféricas e apresentações infantis. Ao todo, foram contratados 49 artistas ou grupos, resultando em 235 profissionais. A programação priorizou artistas do território e coletivos ligados à cena cultural da Zona Leste, incluindo expressões como forró, samba, cultura hip hop, música independente, rock, música gospel, cultura nordestina, reggae, quadrilha junina e programação para o público infanto-juvenil. Entre os artistas contemplados, destacam-se: João Gomes, BSBS, Graduat Tempus, Carlos Baccelar e Banda Inara, Mel Luck Vas e Revoada Terapia, Zé da Lua, Edu Velhos Tempos, Eyes of Beholder, Filhas da Mãe, África Somaê, Jam Session — Jose Carlos. Eventos: Sala Rock para Crianças, Adilson Aragão – Semi Novos & Ousados, Planeta 80, Vem Brincar com a Gente, Projeto Attaca no Rock, Banda Gandharva, Samba de Dom Batalha, Rima Com Nós.

| Ano de conclusão: 2025

quer
saber
mais?!



Canais e Links úteis

Aqui você acha alguns links de endereços e documentos importantes para acompanhar e fiscalizar o que a Prefeitura faz ou deixa de fazer por você.

CANAIS



OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

É o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura. Nele você pode fazer sugestões, elogios e reclamações sobre os serviços públicos da cidade e até pedir novos serviços.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Oferece informações sobre a administração pública e como o seu dinheiro está sendo usado pela Prefeitura. Quanto ganha uma pessoa que é servidora municipal? Quais são os detalhes dos contratos e obras que estão em andamento? Tudo isso você pode encontrar ou **pedir** pelo Portal da Transparência.



E-SIC - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Recebe e registra pedidos para conseguir informações dos órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo. Você pode também ir até as praças de atendimento da Prefeitura.

LINKS



[SISTEMA DE MONITORAMENTO DE OBRAS - OBRAS ABERTAS](#) - Se quiser saber sobre uma obra da Prefeitura, você pode acessar o canal Obras Abertas. Lá, você encontra fotos, documentos e vídeos. Também fica sabendo das audiências públicas para discutir e avaliar os projetos. O canal também recebe sugestões, críticas e denúncias.



[GEOSAMPA](#) - Canal onde você pode acessar informações geográficas sobre a cidade de São Paulo. Como por exemplo: mapas, endereços, linhas de ônibus, dados sobre as redes de água e esgoto, etc.



[PORTAL - SP156](#) - O SP156 existe para facilitar o acesso aos serviços públicos municipais e incentivar que a população participe da gestão da nossa cidade. Lá você pode encontrar todas as informações de mais de 1200 serviços públicos. Isso tudo também pode ser pedido pelo número 156.



[PARTICIPE MAIS](#) - Clique na aba “Orçamento Cidadão”, participe das audiências públicas e mande a sua proposta para a Lei Orçamentária Anual.



[SEPLAN](#) - Página da Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência para conhecer os diferentes instrumentos de planejamento orçamentário e acompanhar atualizações do Orçamento Cidadão.

caderno do orçamento | 2026



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Orçamento da Cidade de São Paulo
em linguagem simples e inclusiva